

Susana Vanessa Pereira do Nascimento Teixeira Cardoso

Do Desemprego à Exclusão Social

“Eureka”

Programa Psicoinclusivo de Apoio

ao Cidadão Desempregado

Orientador: João Pedro Oliveira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2014

Susana Vanessa Pereira do Nascimento Teixeira Cardoso

Do Desemprego à Exclusão Social

“Eureka”

**Programa Psicoinclusivo de Apoio
ao Cidadão Desempregado**

Tese apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão Social do Curso de Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor João Pedro Oliveira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2014

Epígrafe

Vivemos num mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas exercerem ponderadamente a sua condição de cidadãos.
(Amartya Sen)

Dedicatória

Ao meu filho, fonte de motivação, alegria e esperança renovada no futuro. Aos meus pais, que me transmitiram os valores de humildade, honestidade, liberdade e solidariedade. Ao meu marido, pelo seu apoio e incentivo.

Agradecimentos

Desejo agradecer à família próxima.

Ao meu orientador, Professor Doutor João Pedro Oliveira, pelo seu estilo tranquilo e motivador, e pela ajuda preciosa, sem a qual, provavelmente, este trabalho não teria chegado a bom termo.

Aos docentes que me incentivaram de forma inventiva a trabalhar e que acreditaram que conseguiria realizar este exercício.

Aos colegas, que são companheiros fundamentais deste percurso e cuja boa disposição contagiante me animou em momentos cruciais.

Por fim, a todos aqueles que estando desempregados e em situação desfavorecida ou marginal, precisam de uma voz que se levante em sua defesa.

Obrigada a todos!

Resumo

Na conjuntura actual de crise multidimensional, o desemprego é apontado como uma das principais causas da insustentabilidade de um sistema global que afecta a nível particular milhares de famílias em Portugal. O presente trabalho constitui um exercício de aproximação à realidade nacional em que se pretende analisar um conjunto de dimensões relacionadas, como as transformações do mercado de trabalho, decorrentes da globalização, a pobreza, o desemprego e a exclusão social, mais concretamente as consequências do desemprego e da exclusão, com o objetivo de propôr soluções de inclusão. Para este efeito procedeu-se a uma investigação, assente em revisão bibliográfica, de literatura actual relativa ao tema. A análise iniciar-se-á a um nível macro, incidindo sobre a paisagem socio-cultural do país, para depois focar-se a um nível micro, de maior proximidade com os atores sociais, admitindo que é nas suas narrativas que se inscrevem os sinais de uma experiência de desemprego, singular e irreduzível, mas, ao mesmo tempo, repetida inúmeras vezes, no palco que nos serve de laboratório. Perceber as relações que se estabelecem nestas vivências e as suas consequências, torna-se fundamental para encontrar estratégias possíveis de integração social. Uma peça que se pretende fundamental neste xadrez, é a figura do psicólogo forense e da exclusão social, como actor de intervenção e potenciador de mudanças necessárias, de paradigma e mentalidades, quer no terreno, junto da população, quer em sede de decisão política e social.

Palavras- Chave: Pobreza; Desemprego; Exclusão Social; Integração; Intervenção Psicoinclusiva.

Abstract

In the current environment of multidimensional crisis, unemployment is considered one of the main causes of the unsustainability of a global system that affects at a particular level thousands of families in Portugal. This work is an exercise approach to the national reality, by analysing a set of related dimensions, such as changes in the labour market, due to globalization, the dimensions of poverty, unemployment and social exclusion, in particular the consequences of unemployment and exclusion, in order to propose inclusion solutions. For this purpose we proceeded to an investigation, based on literature review of current literature on the subject. The screening will begin at the macro level, focusing on the socio-cultural landscape of the country, and then focus on the micro level, closer to the social actors, considering that their narratives inscribe signs of an unemployment experience, singular and irreducible, but at the same time, repeated countless times on the stage that serves as the laboratory. Understanding the relationships established in these experiences and its consequences, it is essential to find potential strategies for social integration. A fundamental piece in this chess is the figure of the forensic psychologist of social exclusion, as an actor of intervention and enhancer of necessary changes in paradigm and attitudes, both on the ground with the population, and in headquarters of political and social decision making.

Key-words: Poverty; unemployment; social exclusion; integration, Psycho-inclusive intervention.

Abreviaturas e Símbolos

BIT - Bureau Internacional do Trabalho

COM – Comissão das Comunidades Europeias

FMI – Fundo Monetário Internacional

IEFP – Instituto do Emprego e Formação profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

OD – Observatório das Desigualdades

PIB – Produto Interno Bruto

UGT – União Geral de Trabalhadores

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Índice

INTRODUÇÃO.....	11
1. Enquadramento e Método	11
2. Descrição sumária dos objetivos gerais	12
Capítulo I – Sociedade, Conjuntura e Transformações Globais	14
1. O Mercado de Trabalho e a Globalização	15
2. Dimensões Fundamentais: Desemprego e Pobreza.....	20
3. Aproximação de Conceitos - A Exclusão Social	27
Capítulo II – O Desemprego em Portugal	37
1. Os números e as causas de desemprego	38
2. As consequências do desemprego	46
3. As trajetórias de Empobrecimento	52
4. O papel do Estado e a insustentabilidade.....	56
Capítulo III – Estratégias de Inclusão Social.....	63
1. Redes e Integração Social.....	64
2. Otimismo, Bem-Estar Psicológico e Estratégias de Coping.....	68
Capítulo IV - “Eureka”- Programa Psicoinclusivo de Apoio ao Cidadão Desempregado.....	72
1. Desenvolvimento do Programa de Intervenção “Eureka”	73
2. Cartografia do Programa	75
2.1. Objetivos do Programa	75
2.2. População Alvo	75
2.3. Metodologia	76
2.4. Equipa	76
2.5. Instituições e Parcerias.....	77
2.6. Duração e Calendarização	77
2.7. Ações a Desenvolver	77
2.8. Supervisão	78
2.9. Avaliação interna e externa.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOTAS DE CONTINUIDADE	79
BIBLIOGRAFIA	82
ANEXOS.....	I

Índice de Figuras

Figura 1: Taxa do risco de pobreza segundo o grupo etário.....	25
Figura 2: Coeficiente de Gini nos países da EU em 2009	27
Figura 3: Taxa de crescimento real do PIB e Taxa de desemprego em Portugal (%)	40
Figura 4: Taxa de desemprego em Portugal, segundo o sexo, entre 1998 e 2013	42
Figura 5: Evolução da população total e do número de jovens (15-29 anos), 1960 a 2011	60
Figura 6: Proporção de jovens (15-29 anos) na população residente, 1960 a 2060	61

Índice de Quadros

Quadro 1: Desemprego em Portugal no 3º trimestre 2010	44
Quadro 2: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional (total e por tempo de inscrição)	50

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento e Método

A escolha da temática para este trabalho, no âmbito do mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, surge naturalmente ligada à vertente da Exclusão Social. No auge da crise internacional que colocou Portugal em classificações de ‘lixo’ pelas agências de *rating* à escala europeia e mundial (Fitch, 2014) e numa época em que os números parecem conduzir a vida e ter o poder de rotular um povo, um país inteiro, distinguir as pessoas das estatísticas e valorizar a realidade para além dos números, assume vital importância, em contexto de intervenção.

Num cenário de ‘crise’, o trabalho, central na vida dos indivíduos, meio de sustento, cada vez mais escasso como emprego, assume ainda maior importância, numa lógica de sobrevivência. O discurso de incerteza em relação ao futuro surge muitas vezes associado ao espectro do desemprego e da pobreza, transversal a grande parte da população.

Neste contexto, uma série de questões pertinentes se colocam. Será que a perda de emprego conduz a situações de exclusão social? Conduzirá necessariamente a situações de pobreza? Que ligações de causa-efeito existirão entre o desemprego, a pobreza e a exclusão social? A estas questões de carácter mais geral e social, seguiram-se outras, ao nível do indivíduo e da Psicologia: Que impacto psicológico terá o desemprego, especialmente o desemprego de longa duração? Que estratégias serão utilizadas para o enfrentar? E que contributo poderá dar o psicólogo forense e da exclusão social para ajudar a população envolvida nesta problemática? Quantas questões laboriosas para investigar!

Do ponto de vista epistemológico e disciplinar, a vertente social desta temática torna imprescindível considerar a vasta bibliografia de Sociologia e Antropologia, para além das incontornáveis Economia e Estatística. Mas a experiência de estágio em terrenos de exclusão, como

colaboradora do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania da Camara Municipal de Odivelas, despertou-me a vontade de contribuir com este estudo e com a visão particular da Psicologia Forense e da Exclusão Social, convicta de que a preparação específica desta área das ciências coloca em contacto com a população, técnicos aptos a potenciar a mudança necessária para um futuro mais inclusivo e de consequente bem-estar psicológico. No fundo, acreditando que, mesmo indo beber ao saber de várias ciências humanas para uma adequada contextualização do tema, a *praxis* da intervenção na exclusão social é um palco multidisciplinar onde esta área de especialização da Psicologia tem um contributo e uma potencialidade marcantes.

Esta investigação, de carácter teórico-prático, assente numa revisão bibliográfica, a partir da qual se constrói uma reflexão crítica, com base na análise de dimensões caracterizadas na literatura deu origem ao desenvolvimento de um programa de intervenção comunitária, com o objetivo de intervir em contextos críticos provocados pelo desemprego e prevenir onde o risco de exclusão social mais impera. Este programa de intervenção não era o objetivo inicial deste exercício, sendo que a intenção inicial era explorar a complexa temática do desemprego em relação à exclusão social, do ponto de vista do psicólogo Forense e da Exclusão Social, mas tornou-se óbvia a necessidade de concretizar um projeto de intervenção à medida que as ideias se consolidavam e a vontade de realizar sobressaía.

2. Descrição sumária dos objetivos gerais

As dimensões envolvidas neste trabalho, são extensas na perspetiva de uma tese de mestrado, particularmente pelo facto de que embora interligadas em esferas que se interseccionam, cada uma delas pode constituir por si só, assunto para uma tese (à imagem das famosas matrioskas, que se vão multiplicando), pelo que gostaria de endereçar uma abordagem mais exaustiva, num futuro exercício de matéria doutoral. Assim sendo, a organização deste texto far-se-á da seguinte forma:

O primeiro eixo corresponde à contextualização do momento atual na sociedade a nível global, sendo abordadas as transformações no mercado de trabalho que tem vindo a ocorrer por via da globalização, na era da informação e do conhecimento. São aqui deslindados conceitos fundamentais como desemprego e pobreza e a sua relação inextrincável com a exclusão social, numa breve incursão histórica pela evolução e conceptualização destes conceitos.

O segundo eixo pretende expor duas facetas da dimensão desemprego. Uma faceta macro económica, em que são analisados números das estatísticas oficiais do desemprego e esboçado o quadro socioeconómico desta categoria; as suas causas e consequências. Outra vertente, micro, falará das narrativas dos agentes sociais, os exemplos de vivências reais, as vidas comprometidas pelo desemprego, o seu impacto imediato e os seus efeitos para os cidadãos colhidos na malha da desventura social. É destacado o papel do Estado e das relações institucionais entre os mecanismos sociais de combate ao emprego e os atores sociais que neles navegam com dificuldade, ou por vezes se encontram mesmo à deriva.

O terceiro eixo desta investigação, procura compreender quais os caminhos possíveis para a integração social, as estratégias de enfrentamento no quotidiano, a nível social e psicológico para lidar com as consequências do desemprego. Analisaremos também neste capítulo a importância das redes de apoio, formais e informais, fundamentais para impedir a queda do indivíduo em níveis de exclusão mais profundos.

Com base na legitimação teórica, no quarto eixo constará a apresentação do programa de intervenção “Eureka”, que se destina a proporcionar à camada da população desempregada, um apoio concreto psicoinclusivo, na difícil missão de reintegrar o mercado de trabalho, bem como na prevenção do isolamento e desconstrução característica de vida que pode conduzir à marginalidade. Finalmente é efetuada a reflexão final e apresentadas as considerações decorrentes desta investigação, enfatizando algumas linhas orientadoras para um trabalho de continuidade, mais do que uma visão doutrinária e fechada sobre a matéria em questão.

Capítulo I – Sociedade, Conjuntura e Transformações Globais

1. O Mercado de Trabalho e a Globalização

Nas últimas décadas, o sector produtivo, a nível global tem assistido a profundas transformações. O desenvolvimento tecnológico e a globalização alteraram o mercado de trabalho, tornando consensual uma lógica universal de flexibilidade e precarização que impera numa economia mundializada que venera a rentabilidade de curto prazo e se baseia prioritariamente numa lógica financeira competitiva (Coutinho & Diogo, 2006).

Esta procura de uma força de trabalho flexível, que pode ser contratada, despedida ou externalizada consoante as necessidades das empresas, fez surgir novas formas de trabalho; parcial, ao domicílio, independente, temporário, teletrabalho, entre outros, que acarretam também uma difusão de vínculos contratuais, remuneratórios e variadas possibilidades de formação (Atkinson, 1987; Brilman, 1995).

Estudos recentes demonstram que a forma de trabalho flexível é a que mais se tem vindo a afirmar no contexto europeu (Brewster, Mayne & Tregaskis, 1997), acompanhando o paradigma político neoliberal que advoga o fim do trabalho assalariado e a emergência de um novo modelo de trabalho, segundo o qual os trabalhadores deixam de fornecer mão-de-obra às empresas e passam a ser independentes prestadores de serviços, cujas vidas são geridas em função do momento económico (Bridges, 1994; Ducatte, 1995).

As atuais transformações no mercado de trabalho, colocaram as sociedades perante cenários dominados pelo desemprego e precarização. Inúmeros trabalhadores foram excluídos do ciclo produtivo quando dependem apenas da sua força de trabalho como meio de subsistência (Coutinho & Diogo, 2006).

A competitividade, além-fronteiras, reforçou desigualdades e assimetrias, acentuando mecanismos de exclusão e inclusão na paisagem social. Onde existe competitividade, a solidariedade que Durkheim (1898/1977) considerava necessária à origem do pacto de convivência e da

ordem social para se constituir uma sociedade está diminuída. O desenvolvimento tecnológico, trouxe a possibilidade da desejada redução de custos, mas suprimiu milhares de postos de trabalho, num mercado onde os mais jovens, atualmente, nem chegam a entrar (Coutinho & Diogo, 2006).

A classe que vive do trabalho também sofreu transformações, passando de um grupo com valências maioritariamente rurais e industriais, sem extensa formação, para um maior número de indivíduos especializados que vive da venda da sua força de trabalho (Coutinho & Diogo, 2006).

Apesar da extinção de velhos postos de trabalho, outros foram surgindo, mas os vínculos empregatícios foram alterados, para permitir a contratação de trabalho temporário, em sistema de *outsourcing* e uma maior flexibilização, em função das necessidades das empresas. Ao tornar-se o trabalho, um mero instrumento de lucro para as empresas, procedeu-se à sua desproteção, para agilizar a flexibilização de recursos, deixando os trabalhadores de ser considerados sujeitos empossados de direitos e passando a ser tratados como meros números, custos a reduzir (Ferreira, 2001).

Aos trabalhadores, no entanto, são exigidas maiores qualificações, e perfis específicos sem que lhes seja dado tempo, no fundo, para se ajustarem e adquirirem as competências que lhes são exigidas pelo mercado. A agravar esta situação, muitos vêm-se no desemprego e obrigados a investir na sua qualificação, para poder competir com os concorrentes, sem obter posteriormente o esperado retorno: uma vaga no mercado de trabalho. Ou, se a conseguem, são em grande parte, formas de emprego inseguras e mal pagas (Kovács, 2003).

As causas do desemprego não se relacionam apenas com os progressos tecnológicos, alargamento da concorrência ou alterações no sistema produtivo, mas prevalece estruturalmente, uma forma de subutilização do trabalho, com consequências diversificadas (Beck, 2000).

As teorias sobre o fim do trabalho, que estão a ganhar influência académica e política, preconizam a perda da centralidade do trabalho na vida social e na vida dos indivíduos. Trabalho e produção perdem a sua

capacidade de estruturar e organizar a sociedade; surgem atividades alternativas de integração social ou de inclusão, novos cenários, novos atores e novas racionalidades (Gorz, 1997; Meda, 1999). Por outro lado, os teóricos da sociedade da informação/conhecimento anunciam a generalização do trabalho inteligente como consequência da utilização das novas tecnologias de comunicação. As transformações operadas incluem e excluem, na perpétua dialética inclusão-exclusão social.

Na opinião de J.L. Garcia (2007), Georg Simmel, foi pioneiro na análise de estudos sociais sobre a influência da tecnologia na cultura e modernidade. Garcia destaca três pensamentos de Simmel de grande significado sobre o tema.

A primeira ideia é de que a tecnologia, na qualidade de objectivação da subjetividade humana, integra plenamente o processo cultural. Uma vez incluída na cultura, ultrapassa a função utilitária e estende-se a formas de organização social e cultural, ou seja, não é apenas o desenvolvimento material que caracteriza o mundo moderno tecnológico mas a disseminação deste fenómeno, como mediador da acção humana, em todas as áreas da vida.

A segunda ideia assenta no facto de que as necessidades vitais do homem não são de natureza tecnológica, devido à sua condição de ser metafísico, pelo que a utilização da tecnologia não se reduz a uma mera instrumentalização de objetos, mas tem implicações no estado da própria relação do homem com o mundo.

Um último pensamento de Simmel refere-se à alienação do homem em relação às suas criações tecnológicas. A tecnologia deixa de servir os fins do homem, o homem passa a funcionar em função da tecnologia. No processo de capitalista de divisão do trabalho associado ao estímulo do dinheiro, a tecnologia torna-se um fenómeno autónomo, ilimitado e universal (Garcia, 2007).

Face ao aprofundamento da divisão entre trabalho qualificado e não qualificado, na era da informação, torna-se problemática a manutenção da massa de trabalhadores ‘excedentes’, pouco qualificados na nova economia global emergente (Reich, 1993). Denota-se a tendência crescente para a

polarização entre uma elite influente, a classe do saber, que domina as tecnologias de informação e o peso crescente de trabalhadores com condições de trabalho tendentes à deterioração.

Esta evolução provém não da lógica estrutural do paradigma informacionalista, mas da reestruturação efetiva do binómio capita-trabalho, ajudada por poderosas ferramentas que propulsionam as novas tecnologias da informação e facilitada por uma nova forma de organização, a empresa rede (Castells, 1996).

Face a esta fragmentação, é indeclinável que a nova ordem económica veio reforçar hierarquias, intensificar desigualdades e assimetrias que se perpetuam e se refletem na sociedade, nomeadamente se considerarmos as categorias de género e idade, na análise do mercado de trabalho. Adicionalmente, salienta-se a tendência para a invisibilidade do trabalho e do emprego e a sua crescente diversificação e heterogeneidade (Coutinho & Diogo, 2006).

Em Portugal, os processos de mudança e internacionalização da economia tornaram-se mais visíveis após a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986. A par da transformação económica, existiram transformações sociais e culturais, no entanto, conservou-se na população, uma forte ética de trabalho, que reforça a sua centralidade na vida dos indivíduos (Caleiras, 2011). Apesar da evolução denotada nas últimas décadas, no país sempre existiu extensa pobreza e continua a existir (Caleiras, 2011).

Uma das motivações de base deste estudo prende-se com o facto de que Portugal, não fugindo à corrente mundial, tem vindo nos últimos anos a deparar-se com taxas de desemprego extremamente elevadas. E além dos fatores mencionados, outros contribuem, a nível nacional para os números do desemprego, que se tornou um problema estrutural (Hespanha & Matos, 2000), resistente às terapias políticas tradicionais; o desaceleramento da atividade económica, a falência de empresas, a reconversão de regimes laborais, a oferta escassa e desadequada de emprego. Se juntarmos a estes fatores, a condição de sub-proteção social (com cortes nos apoios e políticas sociais por parte do estado), o tempo de permanência no

desemprego pode constituir um drama de grande risco social (Gallie e Paugam, 2000).

Na vida social portuguesa, observa-se um excesso de medidas de insatisfação humana variadas, em múltiplos contextos de privação diferenciados, proliferando carências diversas, surgindo até um sector na classe média portuguesa, mistificado pela comunicação social, que se conhece como da pobreza invisível. A classe média empobrecida pelas medidas económicas europeias, e a pauperização dos grupos sociais mais desfavorecidos, resulta numa conjuntura nacional de défice, pela perda de bens primários e a degradação precipitada dos fatores gerais de bem-estar (Oliveira, 2013).

O modelo societal estabelecido ao longo das três primeiras décadas do Séc. XX tornou-se mais consistente a partir dos anos 30 e coexistiu com a assistência social tradicional e com o Estado higienista (Pereira, 1999), sendo esses dois modelos diferentes do Estado-providência no que diz respeito aos objetivos e aos agentes alvo (Pereira, 1999). No primeiro caso, o assistencialismo social tem um carácter supletivo, de socorro aos sectores nicho de pobreza, tendo o Estado-providência um espectro de ação mais alargado, a sociedade como um todo, procurando garantir justiça e equidade geral, e resolvendo os problemas genéricos resultantes de falta de trabalho assalariado e de assistência em geral (idem).

Muito haveria a referir sobre a evolução histórica e social desse modelo, bem como sobre a sua propensa falência nos estados do Sul da Europa. Procuramos enfatizar que atualmente em Portugal, o Estado deixou de ser o principal instrumento de redistribuição de bens e serviços tal como o modelo previa na sua génese.

O facto é que o desemprego adquiriu um carácter institucionalizado e coloca grandes desafios ao Estado enquanto corrói a sua base, à medida que cresce a procura de apoios por parte de quem necessita (Esping-Anderson, 1996).

Para o Estado, as consequências desta tendente insustentabilidade são o agravamento da despesa pública, dificuldades financeiras na Segurança Social e restrições nas políticas compensatórias (Caleiras,

2011). Assiste-se inclusivamente a um certo descomprometimento do Estado, que tende a colocar a tónica da responsabilidade desta matéria nos indivíduos e os exulta ao mesmo tempo a procurar soluções, pelos seus próprios meios, aconselhando o empreendedorismo ou a emigração ou propondo políticas de “falso emprego” que agravam a situação.

A teoria económica *The Capability Approach* de Amartya Sen, na sua abordagem sobre a economia de *well being* esclarece no entanto que nem todos estamos habilitados para ser empreendedores e nem todos usufruimos das mesmas liberdades. Nesta visão, não é expectável que perante a falta de emprego, todos os indivíduos estejam capacitados para criar o seu ou que todos os desempregados possam emigrar (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2011).

O quadro generalizado em Portugal é de crescente desemprego e redução dos indicadores gerais de vida, empobrecidos rendimentos familiares, um envelhecimento acentuado da população e imigração de massa crítica jovem, factos que fragilizam a capacidade dos serviços sociais, tornando-se evidente a diminuição da missão providenciadora do Estado, no que diz respeito à proteção dos indivíduos nos moldes do Estado providência, referidos anteriormente (Oliveira, 2013).

2. Dimensões Fundamentais: Desemprego e Pobreza

Ao construir o nosso objecto de estudo, elaborados conceitos se intersectam no palco social que analisamos e torna-se crucial ao mesmo tempo distingui-los mas também compreender as ligações entre eles de modo a caracterizar fielmente a realidade à qual nos tentamos aproximar.

Procuramos dar resposta a questões complexas, como saber se o desemprego é gerador de pobreza, num registo integrado e qual a relação destas duas dimensões com a exclusão social.

Sendo vastas as implicações de cada uma destas dimensões e sendo o seu construto multidimensional, o exercício implica, direccionar a pesquisa e afunilar o conhecimento à medida que abordamos o tema.

O desemprego como categoria macrossocial e multidimensional pode ser de complexa definição, tendo em conta os números do fenómeno e as suas múltiplas facetas: estatísticas oficiais, desemprego real, desemprego oculto, camuflado, falso desemprego, desemprego subsidiado ou não subsidiado (Caleiras 2011).

Podemos encontrar algumas concepções de desemprego na literatura, no entanto, por assentarem em noções variadas de comportamentos humanos, as definições incluirão sempre alguma subjetividade.

Como o desemprego nos interessa como fenómeno causador de alterações sociais e a nível do bem-estar psicológico do individuo e não como variável ou categoria meramente sociológica, daremos alguns exemplos que são aceites pelas entidades oficiais e não discutiremos as próprias definições.

O desemprego aparece associado ao desenvolvimento do capitalismo financeiro. As actuais mudanças no mundo do trabalho tornam difíceis as distinções entre desemprego, subemprego, precarização e inatividade. A crise de que se fala actualmente manifesta-se sobretudo, na redução de emprego estável, com proteção social (Lind e Moller, 1999).

O desemprego pode ser entendido como a condição dos trabalhadores, que embora disponíveis para o trabalho, num determinado momento da sua vida ativa, se encontram involuntariamente privados de um trabalho (Freyssinet, 1984; Gautié, 1998).

O Bureau Internacional do Trabalho (BIT), indica que para se ser categorizado como desempregado é necessário não ter trabalhado uma única hora no decurso da semana da recolha de informação, procurar activamente um emprego e estar imediatamente disponível para o trabalho.

Segundo o INE, desempregado é o indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

- i. Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro.
- ii. Tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

A procura ativa traduz as seguintes diligências:

- a. Contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações.
- b. Contacto com empregadores.
- c. Contactos pessoais ou com associações sindicais.
- d. Colocação, resposta ou análise de anúncios.
- e. Procura de terrenos, imóveis ou equipamentos.
- f. Realização de provas ou entrevistas para seleção.
- g. Solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

iii. Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com:

- a. O desejo de trabalhar.
- b. A vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários.
- c. A possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes) (INE, 2011).

Definições em que entram conceitos como ‘desejo’ e ‘vontade’ podem ser consideradas subjetivas e tornam evidentes as dificuldades subjacentes a uma medição precisa do desemprego (Caleiras, 2011). No entanto, é nesta definição do BIT, que se baseiam o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP).

Naturalmente, estas definições são as vestes formais ou oficiais, de um fenómeno que prolifera na sociedade portuguesa e que na arena social se disfarça muitas vezes perante o peso insustentável da *diferença*.

Associadas muitas vezes ao desemprego, estão as situações de pobreza. O conceito de pobreza, que pode parecer evidente *a priori*, remete para construções sociais, onde se incluem a auto e a hetero percepção de pobreza, pelo que se torna subjetivo e acarreta dificuldades de definição, pelos múltiplos aspectos abrangidos, difíceis de quantificar. Neste

contexto, a definição de pobreza interessa, essencialmente, na sua relação com o desemprego e a exclusão social.

O conceito de pobreza tendencialmente aparece aliado a noções algo vagas, passíveis de interpretações diversas ou também já de si complexas, como por exemplo a noção de exclusão social, desigualdade social, ser desfavorecido ou estar carenciado, pertencer a um agregado com baixos rendimentos. (Caleiras, 2011).

Na opinião de Bruto da Costa, a pobreza pode ser entendida como uma situação de privação por falta de recursos. Todavia, uma situação de privação sem falta de recursos não será necessariamente pobreza e, como resultado, a solução para estas situações passa pelo uso apropriado dos recursos. No entanto, existem maneiras de resolver a privação sem resolver a pobreza, já que a maioria das respostas para resolver a privação não tem qualquer impacto sobre a falta de recursos. Enquanto tratarmos apenas da privação, haverá sempre uma dependência e deste modo, a dependência sublinha o papel da falta de recursos enquanto causa da privação e demonstra que não basta resolver o problema da privação para resolver o da pobreza (Costa, 2001).

Um exemplo disso são os subsídios que resolvem somente a privação, mas a falta de recurso só pode ser resolvida com o acesso a fontes de recursos regulares. Nesta ótica, a falta de recursos para fazer face às necessidades humanas básicas significa que o indivíduo não tem uma relação satisfatória com os sistemas sociais geradores de rendimentos ou se encontra excluído da esfera económica e produtiva. Simultaneamente a privação também apresenta uma situação de défice ou de ruptura com diversos outros sistemas sociais, de bens, de educação ou de saúde, *etc.* Quanto maior for a situação de privação maior será o numero de sistemas sociais envolvidos pelo que mais profundo o estado de exclusão (Costa, 2001).

De acordo com esta opinião do autor, a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, não existe pobreza sem exclusão social. Mas, afirmar o contrário, não é legítimo. Com efeito existem formas de exclusão social que não implicam pobreza. Como exemplos: um

idoso em que seu problema não seja económico mas de isolamento, ou um doente de *stress* pós traumático de guerra, e em Portugal existe um número significativo destes indivíduos que serviram na guerra colonial, que pelos sintomas (mesmo os invisíveis) da sua doença se encontram impossibilitados de trabalhar ou viver plenamente inseridos em sociedade, ou ainda outras situações como alcoolismo, toxicoddependencia, desgoverno ou discalculia (Costa, 2001; Capucha, 2005).

Outra forma de identificar a pobreza são as suas dimensões mais visíveis e observáveis. Indicadores como a alimentação, modo de vestir, condições habitacionais, estado de saúde, *etc.* No entanto, a pobreza é um problema muito mais amplo e complexo, já que essas mesmas carências afectam o bem-estar do indivíduo como um todo nos seus afectos, nas suas condutas e comportamentos, nas suas ideias, no cumprimento dos seus deveres e na utilização dos seus direitos (Capucha, 2005).

No seu livro *Poverty in the United Kingdom* (1979), Peter Townsend, explica que indivíduos, famílias e grupos da população se encontram em pobreza quando carecem de recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições e comodidades que são habituais nas sociedades onde se inserem. Os seus recursos estão tão comprometedoramente abaixo daqueles de que dispõem o indivíduo ou família médios, que são, de facto, excluídos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes. Esta é uma visão relativa da pobreza que inclui a noção de exclusão e que se afasta da ideia absoluta simplista de pobreza.

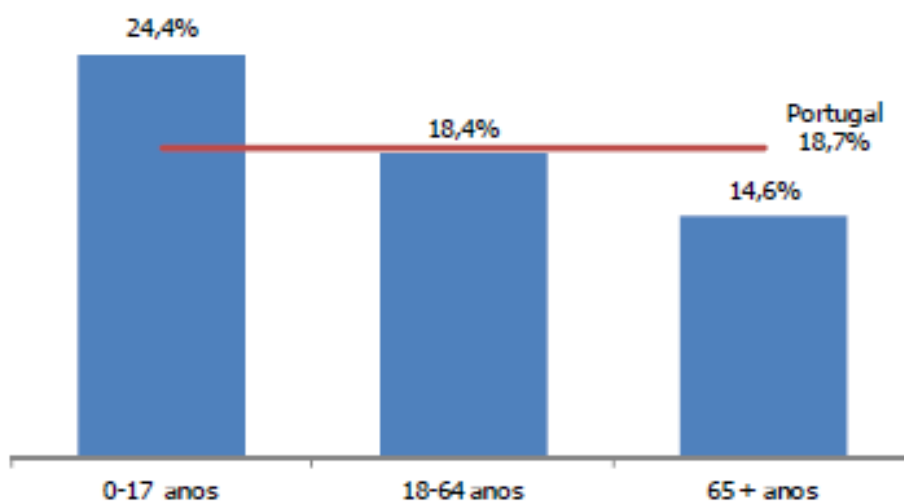
Na opinião de Xiberras (1993), a pobreza e o desemprego significam incapacidade de participar nos mercados de consumo e de produção, respetivamente, o que se traduz numa exclusão daquilo que é mais emblemático nas sociedades modernas: bens materiais e privilégios económicos.

Para além dos construtos sociológicos de pobreza, este conceito foi também operacionalizado, em estudos socio-económicos. Assim, na União Europeia, a linha de pobreza é colocada a 60% do rendimento mediano, estando em risco de pobreza os sujeitos cujo rendimento é inferior a este limiar. Caleiras (2011), aponta o facto de que devemos ter sempre presente

que estamos perante situações de pobreza, apesar da brandura da expressão ‘risco de’ e da arbitrariedade da percentagem definida.

A figura 1, concerne a Taxa de risco de pobreza, segundo o grupo etário. Segundo os dados do inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2013, relativo aos rendimentos do ano anterior, 18,7% das pessoas em idade activa, estavam em risco de pobreza. As crianças e os jovens são o grupo mais afectado pelo aumento da pobreza ou exclusão social, com risco superior ao da população em geral. Novamente, a figura 1, demonstra que para os menores de 18 anos, esta se situa nos 24,4%. No caso da população idosa, a Taxa situa-se nos 14,6%. Ainda, segundo os resultados deste inquérito, a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente registou um decréscimo em relação aos anos anteriores, ou seja, o limiar de pobreza relativa, reduziu para os 408€ mensais.

Figura 1. Taxa de risco de pobreza segundo o grupo etário



Fonte: INE, 2014

Além da população infantil, em Portugal, os segmentos de população mais vulneráveis à pobreza incluem aqueles que estão em condições da chamada ‘velha pobreza’, estrutural e persistente; como os reformados, pensionistas, trabalhadores precários ou com vínculos informais e pequenos agricultores tradicionais, bem como os fenómenos de ‘nova pobreza’; desempregados, sem abrigo, reclusos, alcoólicos,

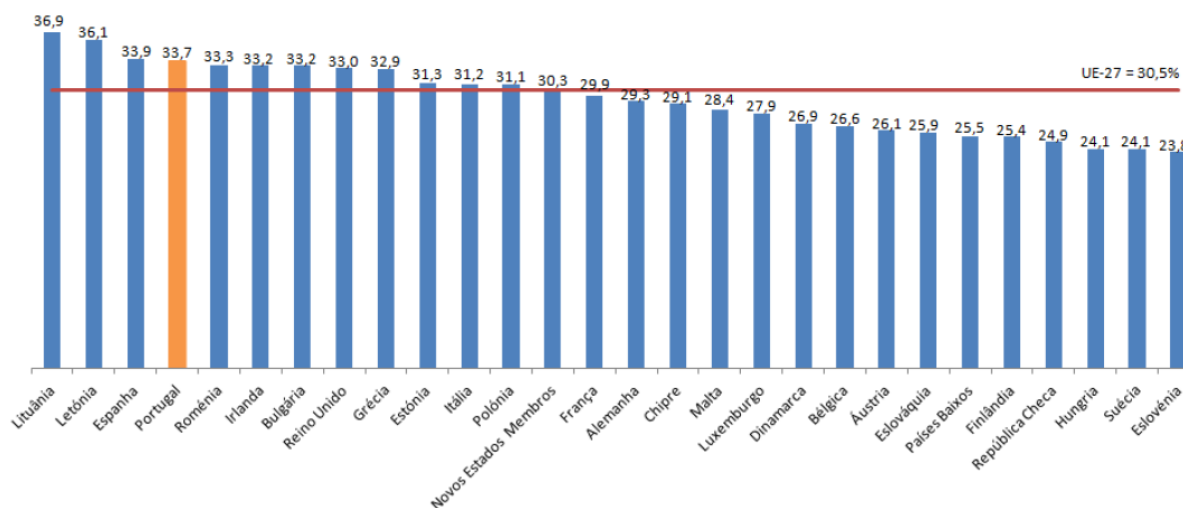
deficientes, doentes crónicos e outros grupos igualmente desfavorecidos (Capucha, 1998).

Ligado aos conceitos de pobreza e desemprego, está um grupo social que não se vê oficialmente e que por esse motivo, torna mais difícil destrinçar as linhas lodosas em que a exclusão prolifera. Paugam chamou-lhe o ‘desemprego oculto’, sujeitos que não se enquadram nas estatísticas porque não são abrangidos pelas definições estabelecidas, ou porque além de se manterem à margem do mercado de trabalho, estando desempregados, também não recebem qualquer apoio, estando totalmente à mercê dos efeitos da desproteção do Estado (Gaulie e Paugam, 2000).

Para não correr o risco de fazer interpretações redutoras do desemprego e da pobreza, baseadas apenas nos números, Serge Paugam, defende que estas realidades não podem ser reduzidas à sua simples descrição, enquanto construções sociais, mas que devem ser contextualizadas as interdependências entre elas e as sociedades em que se estabelecem num dado momento (Paugam, 2005).

Antes de prosseguirmos, no sentido de auxiliar a contextualização da situação de disparidade social que se vive em Portugal, observamos a figura 2, que demonstra como o país se encontra entre os países da União Europeia com maior desigualdade na distribuição do rendimento. O coeficiente de Gini, em Portugal, segundo o Observatório das Desigualdades, situa-se, a par da Espanha, nos 34%. Apenas a Lituânia e a Letónia apresentam um registo mais negativo do que o português.

Figura 2. Coeficiente de Gini nos países da UE em 2009



Fonte: Eurostat/ Observatório das Desigualdades

3. Aproximação de Conceitos - A Exclusão Social

À medida que se vai disseminando o conceito de exclusão social, nos meios políticos e intelectuais, a sua noção vai-se tornando mais fluída e consensual, mas por outro lado mais susceptível de equívoco enquanto termo científico. Em relação a este termo não há défice de informação, pelo contrário. No entanto, o excesso de informação também coloca um problema de ordem epistemológica, tornando impossível delimitar o conceito face à hiperescolha que existe (Xiberras, 1993).

Face às dimensões abordadas acima (desemprego e pobreza), o termo exclusão social é inserido à medida que clarificamos os conceitos e é perceptível a sua utilização recente associada às problemáticas em questão. Vamos no entanto procurar construir uma definição mais completa e operacionalizável do ponto de vista da Psicologia Forense e da Exclusão Social e tendo em conta a proposta metodológica de Xiberras, que aposta em agrupar algumas categorias dos ‘enigmas’ que compõem a exclusão, criando uma categoria global paradoxal.

Numa sociedade é expectável encontrar diferentes níveis de articulação e acumulação de recursos, se considerarmos que a desigualdade é um princípio inerente à estruturação social. A exclusão resulta de uma dialética de oposição entre aqueles que conseguem mobilizar os recursos para uma inclusão social plena e aqueles que, por falta deles, se encontram impedidos de o fazer (Capucha, 2008).

Estes recursos incluem, não apenas bens materiais, mas também o capital social e cultural dos atores sociais. Como fenómeno multidimensional, que se expressa no benefício pleno de direitos de cidadania, a exclusão opõe-se claramente, por definição, à noção de integração social (Capucha, 1998).

Coexistem na exclusão, uma série de fenómenos sociais, que interligados, contribuem para a produção de excluídos, já aqui referimos, a pobreza, o desemprego, mas também a marginalidade, ou a discriminação. A isto soma-se o carácter cumulativo, dinâmico e persistente da exclusão, que encerra no seu âmago, processos de reprodução (pela transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem a sua perpetuação, numa dialética causa-consequência de inúmeras desvinculações e rupturas no tecido social, pondo em cheque a sua coesão e implicando manifestações de fragmentação (Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S., 1999).

Como exemplo, um mau resultado escolar, um estatuto de imigrante ou outro minoritário, um insucesso numa esfera social, não conduz *per si*, à exclusão, mas a acumulação de fatores de exclusão, de deficiências, de insucessos, parece conduzir à rejeição social. Outra característica das populações excluídas é a sua tendência para se contaminar, pelo desenvolvimento do próprio processo de exclusão ou pelo efeito de espelho, ou da violência que estas populações exercem entre si (Xiberras, 1993).

Durkheim (1898/1977) foi o sociólogo que lançou as bases do estudo da exclusão social, atente-se à sua distinção entre solidariedade mecânica e orgânica. Para o “pai da sociologia”, o elo, o cimento sem o qual a sociedade entra em desagregação, é a solidariedade, não na sua

concepção cristã, mas na forma de convivência. A Durkheim (1878/1977) preocupava a anomia, o esfacelamento do tecido social. Na visão sociológica, a exclusão é produto do déficit de coesão global, não se reduzindo a fenómenos individuais ou meras agregações (Lamarque, 1995).

Mas para definir e delimitar a exclusão, na opinião de Xiberras, é necessário observar a extensão dos campos material e conceptual onde ela ocorre. E não considerar somente as categorias de excluídos, descritas na literatura, mas também associar os processos que a provocam, como por exemplo, o integralismo, o terrorismo, o racismo ou no caso deste exercício, o desemprego, gerado pela modernização do aparelho produtivo e pelas transformações nas relações do trabalho, e em particular, o desemprego de longa duração, este último, de empregabilidade quase impossível, como um ‘ponto de não retorno’ ou uma ‘última estação’.

O fenómeno do desemprego traduz-se por uma exclusão recíproca, pois se por um lado, esta condição é sentida como uma deficiência por parte do empregador; por outro, do ponto de vista dos desempregados, quanto mais dura a vivência do desemprego, mais cresce a incapacidade de formar novas relações de trabalho, aderir a novos projetos, assumir novas responsabilidades. É, segundo Xiberras (1993), a própria vontade do indivíduo que é posta em causa.

Fundamentalmente, as populações excluídas sentem toda uma diferença, seja ela reivindicada, suportada ou imposta; construindo-se em torno de valores, direitos e representações paradoxais, num culminar de rejeição e exclusão. A exclusão não é apenas física, geográfica ou material; ela ocorre também no plano espiritual e das ideias, sendo este plano, dos processos de exclusão simbólica, menos visível, menos perceptível, ligado à destruição das representações coletivas (Xiberras, 1993). No entanto, mesmo invisibilizada, aos olhos da sociedade integrada, a exclusão *sente-se*, sobretudo, psicologicamente.

A partir da noção antropológica de marginalidade (no sentido de estar à margem e não de delinquência), também é possível abordar o fenómeno da exclusão social. Em que o sujeito se encontra arrastado para a periferia da sociedade, onde estão todos aqueles que não partilham dos

valores e das representações sociais dominantes, longe do centro simbólico de representações e das transações sociais (Fernandes, 1995).

Na concepção de liminaridade de Turner (1967), que abrange as formas de perceber os fenómenos marginais, ou mesmo antiestruturais, o autor identifica uma condição liminar, ao mesmo tempo dentro e fora da estrutura social, no qual baseia dois modelos de inter-relacionamento humano; estrutura – a partir do qual a sociedade é hierarquizada e diferenciada, e o outro *communitas*, em que as pessoas seriam todas iguais e igualmente sujeitas a submissão. Turner afirma que a sociedade (*societas*) é um processo dialético com fases sucessivas de estrutura e *communitas*. A liminaridade integra fenómenos de transição que se passam na vida social, como a inclusão e a exclusão social.

Pina Cabral (2000) entende que esta concepção de liminaridade/marginalidade traz as margens para o centro, marginalidade passa a ser o terreno onde a estrutura é constantemente reconstruída. Uma das características desta estrutura é a nova concepção do agente social, como um processo dialeticamente unificado de produção do *self* e do coletivo.

Nas sociedades modernas ocidentais, pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza, que por sua vez impede o acesso a bens e serviços essenciais. Paralelamente, os excluídos estão amputados na sua identidade social, profissional e familiar.

Para Xiberras (1993), os processos de exclusão traduzem a ruptura de laços simbólicos, pelo que os desempregados se tornam excluídos das relações sociais e da esfera de representações a elas associadas, tornando-se susceptíveis à quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização, e à emergência de estruturas familiares mais vulneráveis, como famílias monoparentais, bem como à diminuição de redes de apoio e entreaajuda, familiares e comunitárias.

A questão dos limiares, na visão da autora, contribui para um melhor entendimento da exclusão de forma autónoma, pois passa por identificar o espaço de referência que provoca a rejeição e as múltiplas formas pelas quais esta se produz. Numa sociedade dominada pela

economia, aqueles que se encontram incapazes de participar no mercado são logo percebidos como excluídos.

No que respeita à identificação destes fenómenos, enquanto a pobreza é essencialmente um “estado”, um processo estático, a exclusão é um processo dinâmico, associado a uma trajectória que conduz à marginalização. Esta desintegração representa um défice de coesão social, que é visto como uma ameaça aos mecanismos estruturadores das sociedades modernas (Lamarque, 1995). Os excluídos não são vistos como uma ordem ou uma classe, mas antes como uma falha, um défice no tecido social (Rosavallon, 1995). A ameaça de ruptura é gerada por grupos cuja existência abala a coesão social, criando um sentimento de inquietude (Castel, 1991).

No sentido de justificar o título ‘aproximação de conceitos’ e de demonstrar que existe um variado número de definições de exclusão social, com visões diversas, que incluem ou excluem a pobreza, que definem pelo oposto (exclusão versus integração), mas que remetem para noções de diferença e marginalidade, passamos a elencar as visões de diversos autores, em definições sintéticas de exclusão social:

Em moldes mais atuais existem alguns autores para quem a exclusão social é a nova questão social, que resulta do facto de alguns sectores da população estarem à margem do sistema económico e para quem o capitalismo não encontra utilidade (Rosanvallon, 1995; Fernandes, 1995; Capucha, 2005).

Na perspectiva de outros autores, a exclusão social é como um largo chapéu, um ‘*umbrella term*’ que permite dar cobertura a uma série de situações e noção difusas, nas quais se encontram o desemprego e a pobreza, como referi anteriormente (Costa, Batista, Perista & Carrilho, 2008) mas embora lhe seja dado um significado recente, a sua existência remonta à antiguidade, na forma do exílio, do ostracismo ateniense ou do desterro de Roma, na condição de pária na civilização hindu, ou do gueto, desde a Idade Média (Xiberras, 1993).

A Exclusão Social está associada à ideia de marginalidade e pluri etiologias. Por vezes entendida como produto de factores intrínsecos ao

indivíduo, outras como resultado de factores extrínsecos. Podendo traduzir-se em questões económicas, sociais, étnicas, políticas, de justiça ou de direitos, pessoais, de oportunidades, de carências ou de cidadania.

Numa definição da Comissão das Comunidades Europeias (2003), A Exclusão social é vista como um processo pelo qual alguns indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente, em virtude da sua pobreza, ou falta de competências básicas, ou de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação (COM, 2003).

Barry (1988), Considera a Exclusão Social uma violação das exigências da justiça social, manifestada através de conflitos de oportunidades e associados com a incapacidade de participar efectivamente na política. E distingue o fenómeno da exclusão social da pobreza e da desigualdade económica.

Lopes (2006), partilha a ideia de que a exclusão se relaciona com um plano de causalidade complexo e multidimensional, diferenciando-se da concepção de pobreza.

Kowarick (2003), explica que no século XIV, a palavra esteve associada à ideia de não ser admitido, ser repellido ou de ser mandado embora. E que posteriormente, passou a designar alguém que se encontra desprovido de direitos. A exclusão também aparece associada à falta de integração social (Hunter, 2000).

A Integração Social pode ser definida como a posse e o uso efectivo das competências ligadas à vida social, exprimindo capacidades de escolha, numa pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida em que todos partilham a cidadania (Almeida, 1992).

Pires (1999), designa integração social como a incorporação dos agentes num espaço social comum, num plano micro, e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais, sendo uma das dimensões do problema da ordem, na medida em que envolve os modos de padronização da vida social no âmbito das articulações entre ‘as partes’ e o ‘todo’.

Nesta ideia, está implícita a noção de inclusão social no modo como os actores sociais se relacionam e constroem vínculos que os ligam a um espaço comum, organizado estruturalmente numa ordem social subjacente.

Este movimento entre o todo e as partes está patente por exemplo na investigação da realidade na perspetiva marxista, sendo que não é possível pensar um sem o outro. Para a dialética, a contradição é essencial, pelo que devemos pensar tanto o que une as partes entre si e com o todo, bem como as contradições entre eles (Coutinho e Diogo, 2006).

Verificamos que alguns autores entendem a questão social da exclusão como algo diferenciável da pobreza. De facto, o fenómeno da exclusão não está restrito aos extratos mais pobres, podendo atingir todas as camadas económicas da sociedade (Coutinho & Diogo, 2006).

A exclusão social, como é entendida atualmente, no contexto socioeconómico, parece um nome moderno para falar da pobreza, por se tratar de um termo mais vago e, por isso politicamente menos comprometedor (Caleiras, 2011).

Mas, sendo a força de trabalho de um individuo o seu modo de sustento, poderá colocar-se a seguinte questão: o afastamento prolongado dos sistemas de rendimento, de trabalho e de consumo, pode conduzir a situações de pobreza, sendo a pobreza uma realidade multidimensional muito mais complexa?

Na opinião de Moller e Hespanha (2002), uma situação pontual de desemprego pode não gerar um quadro de pobreza. No entanto o prolongamento do desemprego, em cenários já de si, desfavoráveis, com fatores de risco acrescidos, pode conduzir a situações de exclusão das várias esferas sociais em que se deve estar inserido.

Com múltiplas dimensões, desemprego e pobreza, são duas realidades que apresentam dificuldades de medição e designação, como já foi mencionado. No topo, salienta-se ainda a exclusão social, como uma designação politicamente correcta, que abrange estas e outras dimensões (Costa, Batista, Perista, e Carrilho, 2008).

Na análise das representações dos agentes sociais, (Paugam, Zoyem & Charbonnel, 1993), reforçam que os actores devem ter margem de

autonomia para interiorizar, recusar ou negociar a definição do seu estatuto. Por seu turno, essas representações são objecto de estigmatização e etiquetagem, que as reforça. As dificuldades de integração advêm da incapacidade destas representações, superarem o processo de etiquetagem que as identifica como desfavorecidas.

As representações normalizantes da sociedade moderna estabelecem padrões a atingir, níveis de sucesso, processos normativos que abrangem praticamente todas as esferas da sociedade. Quem não é bem-sucedido de acordo com os limiares de normalidade definidos (na escola, na vida pessoal, no trabalho) é conotado com insucesso. Este insucesso em relação ao normativo está presente nos processos de exclusão (Xiberras, 1993).

No quadro social, Caleiras fala de ‘velha’ e ‘nova’ pobreza. Outros autores corroboram esta análise, ao identificar categorias ‘tradicionais’ de excluídos, como sejam: idosos, nomeadamente os de fracos recursos financeiros, isolados ou em cenários de desintegração e violência familiar; trabalhadores rurais, que dificilmente rentabilizam uma actividade agrícola ou pecuária tradicional; assalariados com baixas qualificações e remunerações (Rodrigues et al., 1999).

E novas categorias emergentes no cenário social, tais como: desempregados de longa duração com fraca empregabilidade, baixas qualificações, obsoletos em relação às novas tecnologias e isolados porque privados das novas redes sociais e de trabalho; grupos étnicos, religiosos e culturais minoritários; famílias monoparentais com escassos recursos; jovens em risco, (ex) toxicodependentes, intitucionalizados; pessoas com deficiência, impedidas de trabalhar, dependentes de família ou instituições; pessoas sem-abrigo, onde já de si proliferam multi etiologias como alcoolismo, toxicodependência, rutura familiar, deficiência, etc; trabalhadores informais, que vivem de biscates sem qualquer protecção social; mulheres; grávidas, jovens à procura do primeiro emprego; doentes crónicos e beneficiários do rendimento mínimo garantido (Rodrigues et al., 1999).

A diversidade das situações de vulnerabilidade e exclusão está elencada nestas categorias ‘novas’ e ‘velhas’ e cruza-se com as

representações culturais e sociais de cada indivíduo, tornando-se necessária a apreensão dos modos de vida dos actores sociais para entender o fenómeno da exclusão social em Portugal (Capucha, 1998)

A Psicologia Forense e da Exclusão Social, tende a privilegiar o estudo da ruptura, pela apreensão dos discursos dos actores sociais, mais do que a coesão *per si*, tal como a sociologia contemporânea, a quem interessa a compreensão *a contrario* dos mecanismos de coesão social.

A ruptura de laços, com o mercado, com o conhecimento, com o social, com o familiar e o insucesso na imagem de si pode conduzir à perda de vínculos, ao isolamento e à psicopatologia (Xiberras, 1993).

Adicionalmente importa à Psicologia Forense e da Exclusão Social, a componente de desvio na exclusão, para além da ausência de relação ou desvinculação entre a sociedade e os seus excluídos.

A temática do desvio pode ser vista como erguendo-se em torno do conceito de anomia, a partir da hipótese sociológica de que quando a densidade social aumenta, a densidade moral decresce dando lugar às patologias sociais como crime, desvio, marginalidade, conotadas com a exclusão (Xiberras, 1993). Esta visão denota a importância de uma área da Psicologia que conjuga as duas vertentes: desvio e exclusão.

A ideia de que a humanidade esconde um paradoxo em processo é expressa na frase “ Quanto mais experiência temos com aqueles de quem somos afins, mais nítida se torna a evidência de que não podemos ser afins deles” (Garcia et al., 2000, p.8). Na sequência desta ideia, os autores descrevem a dialética da inclusão-exclusão como processos interdependentes de identidade e diferença, sujeitos a categorização. Esta visão não se restringe às questões económicas ou políticas, mas destaca a importância dos movimentos de projeções recíprocas e dinâmicas relacionais na análise das questões sociais. Para tal, Garcia e colaboradores (2000), baseiam-se nas concepções filosóficas de Hobbes e Rousseau, evidenciando a natureza dicotómica do homem que estará na genese das configurações que as sociedades vão assumindo ao longo dos séculos.

Na agenda actual, o projeto obsessivo da biopolítica é aniquilar a exclusão social, conceito que ganhou estatuto político e não apenas socio-

económico. No entanto, o modelo assalariado e competitivo por via do desenvolvimento continua a produzir excluídos, desempregados e pobres, ficando estas dimensões inexoravelmente agregadas. A inquietude face à desagregação do tecido social permanece e reflecte-se na imagem das novas gerações de *estranhos*. Paradoxalmente, “jamais poderemos representarmos sem conceptualizarmos simultaneamente a imagem do outro; jamais fixaremos a identidade do outro sem a arrancarmos à imagem ilusória de nós próprios”. É este o paradoxo das relações sociais (Garcia et al., 2000, p.13).

Capítulo II – O Desemprego em Portugal

1. Os números e as causas de desemprego

No primeiro capítulo foi feita uma contextualização do momento social actual e elencadas as alterações no mercado de trabalho, as suas consequências e implicações decorrentes da globalização, o que terá alterado o paradigma de emprego e gerado números críticos de desemprego a nível geral. Pelo que, neste capítulo, se pretende demonstrar qual o quadro do desemprego em Portugal, em termos estatísticos, macroeconómicos e aflorar as suas causas. Deste modo temos uma ideia quantitativa desta problemática, antes de avançarmos para outros aspectos mais qualitativos da mesma.

As explicações sociológicas do desemprego traduzem-se no plano prático em causas que não nos são desconhecidas, pois nos últimos anos as notícias dão-nos conta, com frequência, do que se passa na paisagem laboral nacional. Para nos ajudar a perceber as causas do desemprego no determinado espaço económico, vamos abordar um modelo que descreve o sistema de emprego em Portugal.

O sistema de emprego é composto por um conjunto de estruturas, agentes e mecanismos económicos e sociais que desenham a utilização e a circulação da mão-de-obra em interacção com os processos de reprodução dessa mesma mão-de-obra (Rodrigues, 1996). Este sistema não resulta de um simples processo de interacção entre procura de emprego, por parte da população, e de oferta de emprego, por parte do sistema produtivo. De facto, existem efeitos em cadeia que são gerados entre os diversos componentes deste sistema e que têm um papel crucial na determinação da quantidade e da qualidade do emprego de um país.

A procura de emprego resulta da interacção de variáveis como o sistema educativo/formativo, a gestão do desemprego, da reforma, do apoio social, da emigração e imigração e ainda das modalidades de urbanização e de acesso à propriedade. A oferta de emprego, por seu lado, resulta dos efeitos em cadeia de factores como a gestão da mão-de-obra, os modelos

organizacionais, os processos de produção, o tipo de empresas, e a organização da actividade económica (Rodrigues, 1996).

Segundo a autora, todos estes factores, assim como as sinergias resultantes entre eles, influenciam a mobilidade entre os grupos de população empregada, desempregada, inactiva ou emigrada. É desta complexa rede de interações que decorre o sistema laboral. Neste processo, a oferta domina a procura, porque dispõe da capacidade de mobilizar ou rejeitar selectivamente as várias camadas da população. No entanto, a procura dispõe de uma relativa autonomia, que pode ser ilustrada, por exemplo, pelas estratégias desencadeadas para tentar adequar as qualificações da população às necessidades sentidas pelas empresas (Rodrigues, 1996).

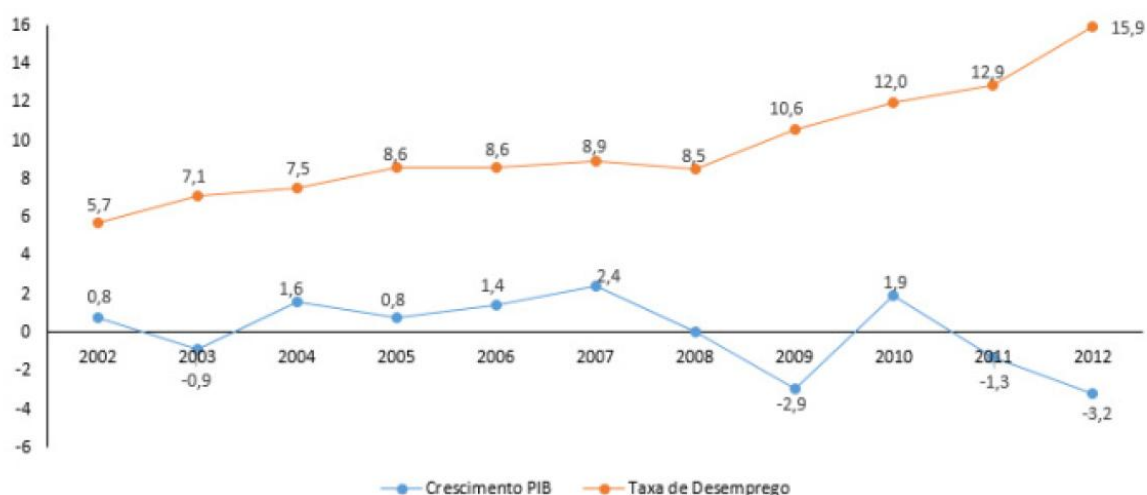
Em suma, este modelo de sistema de emprego salienta a importância de enquadrar todo este processo em função de aspectos como os tipos de família, as modalidades de cultura e de poder empresarial, o movimento sindical, o aparelho de Estado, todo o sistema de relações laborais ou o padrão de especialização produtiva. No cenário atual, muitas destas esferas não são tidas em conta ou não são pensadas estrategicamente num consenso alargado, pelo que o desemprego prolifera.

Para além do discurso neoliberal da competitividade, referido no enquadramento inicial deste trabalho, as causas mais ‘visíveis’ do desemprego em Portugal estão relacionadas com o encerramento de unidades fabris, não renovação de contratos, o despedimento, (por vezes por motivos de baixa médica, o que sugere que usufruir de direitos tem consequências), ou o auto-despedimento (porque as relações laborais se deterioraram ou porque o salário deixa de ser pago). Por vezes os trabalhadores são sujeitos a situações de assédio moral, para forçar a saída e nem sempre conseguem resistir, mesmo sabendo que a saída voluntária será impeditiva de conseguir posteriormente o subsídio de desemprego. A falta de preparação/formação para gerir o próprio negócio, mesmo que pequeno, também é outro factor que conduz ao desemprego, quando se é forçado a declarar falência (Caleiras, 2011). No mesmo sentido, o Relatório da Inspeção aos Centros de Emprego, de 2011, relativo aos programas de

apoio à criação de emprego, menciona que a taxa de insucesso destes projetos de investimento está, na opinião dos técnicos, na falta de preparação dos promotores para serem gestores dos seus próprios negócios (Provedor de Justiça, 2011).

A figura 3 dá conta da evolução das taxas de crescimento real do PIB e do desemprego em Portugal, entre 2002 e 2012. Existe uma relação entre o ritmo do crescimento económico e a evolução do desemprego. A situação do desemprego agrava-se ou melhora conforme se verifique um crescimento ou uma quebra da taxa de evolução do PIB. A contração do crescimento do PIB em 2003 foi acompanhada por um aumento do desemprego em cerca de 1,5 pontos. Ao longo da série, os níveis de desemprego foram consecutivamente aumentando, apesar de uma relativa recuperação económica até 2007. Em 2009, uma forte retração no crescimento real do PIB, provocou um aumento do desemprego em 2,1 p.p, tendência que se agravou nos anos seguintes (+5,3 p.p).

Figura 3. Taxa de crescimento real do PIB e Taxa de desemprego em Portugal (%)



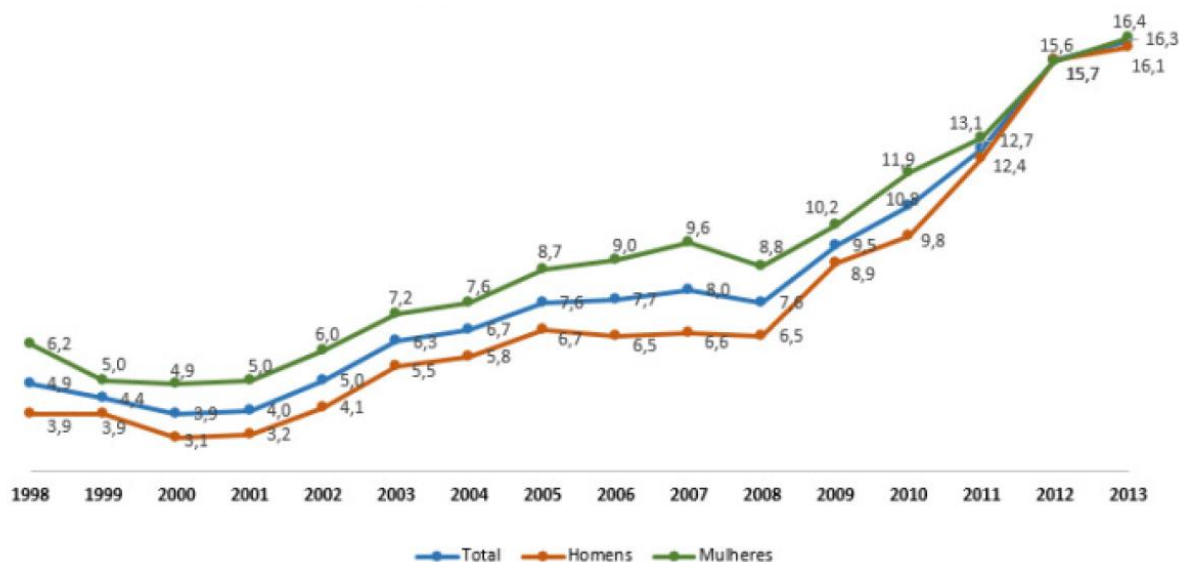
Fonte: Eurostat/ Observatório das Desigualdades

Na observação dos fenómenos de exclusão decorrentes do desemprego, é incontornável a questão do trabalho feminino, pois quando

introduzimos a categoria género na análise, os números demonstram que as mulheres são mais excluídas do que os homens no mercado de trabalho. Tradicionalmente, sabemos que as mulheres estão remetidas para o trabalho isolado, invisível, doméstico, ao qual é atribuído pouca importância (Coutinho & Diogo, 2006). E apesar de a sociedade ter evoluído, em termos do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e com níveis mais elevados de habilitações académicas, a atividade profissional feminina continua em larga escala a ser caracterizada por descontinuidade, devido ao ciclo de vida natural, que inclui a maternidade e às dificuldades que decorrem de manter a harmonia doméstica e profissional (idem). Existe culturalmente, uma desvalorização do trabalho feminino e apesar de essa discriminação não ser considerada politicamente correta nas sociedades modernas, ela continua a existir, como demonstra a figura seguinte.

A figura 4 permite evidenciar a evolução da taxa de desemprego, entre 1998 e 2013, também segundo o sexo. Com exceção do ano de 2012, as mulheres foram sempre mais afetadas pelo desemprego que os homens. Porém, nos últimos anos tem sido evidente uma aproximação do nível de desemprego masculino ao feminino. Em 2013, a taxa de desemprego feminina e masculina (com uma diferença de 0,3 pontos) atinge os 16%, o valor mais elevado de toda a série temporal.

Figura 4. Taxa de desemprego em Portugal, segundo o sexo, entre 1998 e 2013.



Fonte: Eurostat/ Observatório das Desigualdades

Um estudo de 2014, realizado pelo Observatório das Desigualdades (OD), sobre o desemprego em Portugal, no contexto de crise financeira, ensaia um olhar sobre a economia portuguesa a partir daqueles que, embora queiram participar no processo de produção de riqueza, estão excluídos do mesmo: os desempregados.

Este estudo reporta-se ao 3º trimestre de 2008, período que marca o início da crise financeira internacional e o período homólogo de 2010. Neste período, o número de desempregados em Portugal estimados pelo INE a partir de uma amostra representativa da população portuguesa aumentou 40,5%. Isto significa um aumento cerca de 175 mil desempregados, que fixou a taxa de desemprego nos 10,9% (OD, 2010).

Embora a taxa de desemprego em Portugal seja mais baixa nos grupos etários mais velhos, foi sobretudo entre os activos com mais de 35 anos que se verificou um aumento mais pronunciado do número de desempregos entre o 3º trimestre de 2008 e o período homólogo de 2010. Quer na faixa etária dos 35-44 anos, quer na dos 45-64 anos, este indicador

aumentou mais de 50% no intervalo em causa. Estes são os grupos etários que apresentam uma menor qualificação escolar relativa e que, neste sentido, se assumem como a grande maioria dos 419 mil desempregados estimados pelo INE que, no 3º trimestre de 2010, não tinham ido além do 9º ano de escolaridade. No intervalo temporal em análise, o número de desempregados com este perfil escolar aumentou 40%, um valor portanto muito próximo da variação homóloga para o total de desempregados (OD, 2010).

No entanto, foi na categoria dos que concluíram no máximo o ensino secundário/pós-secundário que se verificou um aumento relativo mais pronunciado do número de desempregados entre os dois trimestres mencionados. Embora em termos absolutos esta categoria tenha uma expressão bem menor do que a registada pela que integra os desempregados que não foram além do 9º ano, entre o 3º trimestre de 2008 e o período correspondente de 2010 o número de desempregados com este perfil escolar aumentou cerca de 85%. Ora esta é uma categoria de desempregados principalmente composta por indivíduos com idades até aos 34 anos (OD, 2010).

O aumento do desemprego parece assim ter incidido em dois grandes grupos trabalhadores: um primeiro mais velho e com qualificações escolares baixas ou muito baixas; um outro composto por activos mais jovens e com qualificações intermédias. No quadro 1, podemos constatar, sintetizadamente, as principais conclusões do estudo do Observatório das Desigualdades.

Quadro 1. Desemprego em Portugal no 3º trimestre de 2010

	Nº de desempregados (milhares)	Peso relativo (%)	Taxa de desemprego (%)	Variação homóloga face ao 3º trimestre de 2008 (%)
Total	609,4	100	10,9	40,5
Homens	281,2	46,1	9,6	45,2
Mulheres	328,2	53,9	12,4	36,8
Idade				
15-24 anos	98,8	16,2	23,4	13,3
25-34 anos	186,6	30,6	13,2	34,7
35-44 anos	138,8	22,8	9,5	53,5
45-64 anos	185,2	30,4	8,1	56,2
Nível de escolaridade completo				
Até ao 9º ano	418,6	68,7	11,5	40
Ensino secundário os pós-secundário	122,3	20,1	11,7	84,7
Ensino superior	68,5	11,2	7,8	-0,3
Regiões				
Norte	262,8	43,1	13,2	45,7
Centro	99,2	16,3	7,4	26,5
Lisboa	157,8	25,9	11,3	37,6
Alentejo	42,8	7	11,6	28,1
Algarve	28,9	4,7	12,8	115,7
RA Açores	7,8	11,3	6,6	25,8
RA Madeira	10,1	1,7	7,8	38,4
Duração da procura				
Menos de 1 mês	28,5	4,7	0,5	-24,6
1 a 6 meses	141,5	23,2	2,5	17,2
7 a 11 meses	98,6	16,2	1,8	71,2
12 a 24 meses	157,6	25,9	2,8	62,8
25 e mais meses	181,6	29,8	3,3	55,2

Fonte: Eurostat/ Observatório das Desigualdades

Na análise sumária às causas do desemprego interessa sublinhar um aspeto preocupante, que é talvez um dos principais problemas que o país vai ter de enfrentar nos próximos anos: o aumento do tempo de permanência numa situação de desemprego. O mesmo estudo do Observatório das Desigualdades (OD) conclui que no 3º trimestre de 2010

mais de metade da população desempregada estava nessa situação há mais de 12 meses: 32,8% no grupo etário dos 15-24 anos; 53,8% no grupo dos 25-49 anos e 72,9% no grupo dos 50-64 anos. Por outro lado, no período analisado, o número de desempregados nessa situação num intervalo temporal entre os 12-24 meses e há 25 ou mais meses aumentou, respectivamente, 62,8% e 55,2% (OD, 2010).

Os resultados agravam-se nos escalões etários mais velhos, mas não deixam de ser preocupantes entre os mais jovens. Se por um lado, os mais velhos têm grandes dificuldades em reintegrar o mercado de trabalho; por outro, o acesso ao primeiro emprego ou descontinuidade no início do trajeto profissional é um problema para os mais jovens.

As baixas qualificações ou baixa empregabilidade e adequação às oportunidades emergentes do mercado, por parte dos trabalhadores portugueses é um ponto importante a salientar.

Rodrigues (1998), relaciona a melhoria da especialização produtiva e a melhoria da qualidade de emprego. Primeiro, a melhoria da especialização pode alavancar o desenvolvimento de sectores ou de segmentos cujas características tendem a exigir qualificações, em média, mais elevadas, exigindo capacidade de resposta por parte do sistema educativo.

Por sua vez, a existência de recursos humanos mais qualificados facilitará a adopção de escolhas tecnológicas e organizacionais com maior qualidade, desde que seja assegurada uma mudança nas culturas de empresa e na sua capacidade de gestão e de organização do trabalho. Caso este aspecto se cumpra, desenvolver-se-ão novos factores de competitividade, que, tendencialmente, levarão a uma reorientação do investimento, à melhoria da especialização produtiva e ao aumento da margem de manobra financeira das empresas, traduzindo-se numa melhoria da qualidade do emprego. Para tal é necessário que ocorra uma elevação progressiva das políticas produzidas no quadro da negociação colectiva e social (Rodrigues, 1998).

2. As consequências do desemprego

Para uma fidedigna compreensão das implicações do desemprego, deveremos realizar um exercício de aproximação aos sujeitos e às suas vivências, para além dos números e da economia.

Existem toda uma série de vantagens materiais e psicológicas que advém do emprego. Um estudo de 2012, realizado na Universidade de Coimbra, que relaciona as dimensões psicológicas com o desemprego, foca as relações de adaptabilidade, bem-estar e saúde mental que o emprego confere. Os efeitos positivos são abrangentes: oportunidade para o controlo, uso de competências, objectivos externos, variedade, clareza ambiental, disponibilidade de dinheiro, segurança física, oportunidade para contactos interpessoais e posição social valorizável (Rodrigues, 2012).

Nesta temática, destaca-se Jahoda (1982) que elaborou o Modelo Funcional com o qual enfatiza a importância do trabalho e das funções multidimensionais latentes do trabalho na vida dos sujeitos. Benefícios tais como: estrutura temporal; intencionalidade e propósito; participação; contacto e partilha regular de experiências para além das fronteiras da família; fazer parte dos objectivos e propósitos dos outros; informação acerca da identidade e do estatuto pessoal, cuja perda causa angústia e *stress* nos indivíduos (Jahoda, 1982).

Perder o emprego, começa por ser um ‘golpe’ na vida de um indivíduo. O desaparecimento das vantagens acima elencadas, tem efeitos psicológicos, materiais e sociais, que são apontados por diversos modelos e que passam por uma perda de autonomia financeira, que consequentemente produz uma série de danos colaterais em escalada; menor acesso a recursos, diminuição de actividades sociais (comida, casa, segurança física), impossibilidade de planear e organizar estilos de vida satisfatórios, sintomas de saúde, *stress*, estigmatização, sentimentos de vergonha e degradação (Rodrigues, 2012).

Estas consequências do desemprego são variáveis, consoante as possibilidades alternativas que os indivíduos possuem e os seus recursos.

Terão tendência a agravar-se em quadros de maior duração do desemprego e menor qualidade de recursos, sendo muito prejudiciais nos casos em que estes não existem de todo (Rodrigues, 2012).

Se o desempregado não puder beneficiar de qualquer apoio do Estado, porque não se enquadra naquilo que está formatado em termos de providência, o impacto é imediatamente dramático (Caleiras, 2011). Uma vez perdido o rendimento salarial, a posição financeira é de extrema fragilidade e pode provocar num curto período de tempo uma situação de exclusão extrema, com o indivíduo a viver de esmolas na rua.

Os que podem beneficiar de ajuda temporária (subsídio de desemprego) poderão durante algum tempo amenizar o impacto, mas se não conseguirem reintegrar-se atempadamente no mercado de trabalho, chegarão à mesma situação de fragilidade dos primeiros (Caleiras, 2011). Atualmente, com as políticas de austeridade a terem impacto na duração do subsídio de desemprego, este não se estende o suficiente para cobrir o tempo necessário para encontrar um novo emprego (Hespanha & Matos, 2000).

De salientar que independentemente da situação, a perda de emprego implica a desorganização do modo de vida, que será mais crítica, na população mais idosa, habituada a uma ‘vida de trabalho’, que se vê confrontada com mudanças muito radicais, numa altura da vida em que outras circunstâncias se impõem, especialmente as problemáticas de saúde. Como tal, poderão surgir os sentimentos de desvalorização pessoal, inutilidade e angústia (Caleiras, 2011; Rodrigues, 2012).

Entre os desempregados, aqueles que são mais dificilmente empregáveis são designados por ‘públicos difíceis’. No caso destes, existe uma maior vulnerabilidade e um sentimento forte de exclusão face ao mercado (Caleiras, 2011). A sua condição beneficiaria, de uma intervenção particular, numa estratégia de promoção de inclusão social e bem-estar psicológico, com o correspondente apoio material.

Curiosamente alguns autores apontam sensações negativas não só nos desempregados, mas também naqueles que estando a trabalhar, o fazem em condições de vínculos contratuais precários, de grande instabilidade.

Assim, Sennet (2001) refere a desintegração de projetos pessoais e danificação do carácter pelo capitalismo, a instabilidade pessoal sentida pelos trabalhadores é mencionada por Mingione (1998) e a banalização do sofrimento de quem está a trabalhar, mas também de quem está excluído da vida profissional activa é apontada por Déjours (1998). Disrupção de modos de vida, com consequências negativas a nível pessoal, social e familiar (Jahoda, Lazarsfeld & Zeisel, 1971). No entanto, apesar do estatuto comum de desempregado, cada experiência de desemprego é individual e irreduzível.

O desemprego de longa duração é o mais problemático. Quanto mais tempo se está desempregado, mais se acentuam as rupturas e maior é o risco de isolamento, pobreza e exclusão. Acima dos 45 anos a empregabilidade é tão escassa que começam a surgir respostas especializadas nesta faixa etária, como a Rede de Competências da Cáritas (Anexo II).

A revisão de literatura sobre histórias pessoais de desemprego, traduz uma heterogeneidade de situações complexas, de onde podemos extrair um vasto leque de consequências. Uma delas, já referida, será que mesmo que inicialmente o indivíduo beneficie de algum apoio do Estado, este é apenas temporário, pelo que haverá um momento crítico em que as privações e carências se acentuarão, caso não volte a integrar o mercado de trabalho.

Relativamente a apoios do Estado, convém salientar que o percurso de um desempregado que seja elegível para determinado apoio, é pautado por uma série de constrangimentos (deveres) que são impostos pela máquina burocratizada da Segurança Social, não só ao próprio, mas a todo o agregado familiar (no caso do Rendimento Social de Inserção) e que caso não cumpridos revogam automaticamente os ‘direitos’ e apoios estabelecidos e prevem a aplicação de sanções. Esta subordinação ao sistema, obrigatória para obter ajuda, é, em muitos casos, contratualizada à semelhança de um vínculo laboral, com uma longa lista de exigências e critérios a serem cumpridos por quem solicita ajuda ao Estado (Guia Prático do Rendimento Social de Inserção, Anexo II).

No caso do subsídio de desemprego, como pode ser verificado no *site* da Segurança Social, este é destinado a determinados cidadãos. Se reunir as condições mencionadas e for um dos cidadãos considerados, o próximo passo será confirmar se reúne as condições exigidas para ter direito ao apoio e em que termos (aqui a lista é mais extensa). Posteriormente, caso tenha direito ao referido subsídio, tem que saber como requerer e que deveres deve cumprir para o manter no prazo estabelecido (Guia Prático do Subsídio de Desemprego, Anexo II).

Uma leitura transversal ao *site* da Segurança Social é suficiente para compreender, que para muitos cidadãos, este processo, quando possível, se torna realmente difícil e constrangedor, além de que, na prática, as questões a que urgentemente devemos atender e que nos preocupam, enquanto psicólogos não são contempladas pela burocracia do sistema, na medida em que as necessidades de quem se vê sem meio de sustento, especialmente, em idade de crítica ou mesmo nula empregabilidade não passam por ‘picar o ponto’ na junta de freguesia local de 15 em 15 dias, ou, à semelhança de um qualquer potencial criminoso, sujeito a medidas de coação, não poder mudar de residência ou ausentar-se do país sem comunicar ao Estado.

No caminho percorrido para acesso a apoios, o desempregado tem necessariamente de passar pelo Centro de Emprego. As competências do Centro de Emprego, expressas no seu modelo de funcionamento passam por: incentivar e promover ações conducentes à adequada organização e gestão do mercado de emprego envolvente; recolher e difundir informações sobre a procura e oferta de emprego; incentivar as entidades públicas na reintegração de grupos sociais desfavorecidos; detectar as necessidades locais de formação e integração profissional e assegurar o apoio e acompanhamentos necessários à sua realização; proporcionar orientação profissional a públicos-alvo prioritários, tais como os jovens, os desempregados de longa duração, as mulheres e os desfavorecidos; apoiar e dinamizar a criação de postos de trabalho; suscitar iniciativas inovadoras que se traduzam na integração de desempregados, especialmente os mais desfavorecidos; proporcionar um atendimento integrado e personalizado; articular, com outras entidades especializadas na formação, o

encaminhamento de utentes, tendo em vista a sua (re) qualificação profissional (IEFP, n.d.).

Apesar de todas as competências mencionadas serem inquestionavelmente importantes para fazer face ao crescente problema do desemprego em Portugal, os números indicam que os Centros de Emprego não conseguem dar resposta, nos moldes definidos, à procura crescente por parte da população desempregada.

O quadro 2 contém o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego e de Formação Profissional, nas diversas zonas de Portugal Continental (número total e por tempo de inscrição). Entre 1997 e 2013, a escalada dos números demonstra a seriedade deste fenómeno e a impossibilidade do Estado sequer conter ou contrariar esta tendência, principalmente se tivermos em conta os cortes que muito recentemente atingiram também a função pública em termos de recursos humanos e materiais disponíveis para garantir o seu regular funcionamento, sendo estas dificuldades logisticas também mencionadas pelos técnicos dos centros no já referido Relatório de Inspeção aos Centros de Emprego (Provedor de Justiça, 2011).

Quadro 2. Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional (total e por tempo de inscrição)

Territórios	Tempo de inscrição					
	Total		Menos 1 ano		1 ano ou mais	
	1997	2013	1997	2013	1997	2013
Anos						
Portugal	442.900,00	707.807,00	222.700,00	389.536,00	220.200,00	318.271,00
Continente	428.480,60	671.716,40	212.022,00	370.192,40	216.458,70	301.524,00
Norte	152.374,20	296.353,30	72.751,40	147.806,70	79.622,80	148.546,70
Centro	79.671,20	129.946,70	44.466,80	75.775,60	35.204,40	54.171,10
Lisboa	138.048,20	167.413,50	60.013,80	97.219,10	78.034,40	70.194,40
Alentejo	43.261,80	46.721,80	24.076,20	28.917,20	19.185,70	17.804,70
Algarve	15.125,20	31.281,10	10.713,80	20.473,90	4.411,40	10.807,20

Fonte: IEFP, PORDATA, 2014

Apesar das dificuldades que os números expressam, um estudo publicado no Boletim Económico do Banco de Portugal em 2003, considera, na opinião do seu autor, que os Centros de Emprego tem um papel relevante na qualidade de intermediário no mercado de trabalho e analisa uma série de dados estatísticos para a compreensão do mercado de trabalho como um todo (Coelho, 2003). Os dados reportam-se a um período anterior ao *crash* financeiro, no entanto há algumas ideias sobre o funcionamento destas realidades que é importante integrar no contexto deste trabalho.

A primeira conclusão deste estudo é que a probabilidade de uma vaga colocada por uma empresa ser preenchida, diminui ao longo do tempo. De igual modo, a probabilidade de um indivíduo preencher uma vaga (encontrar um emprego) diminui também com o evoluir da sua permanência em situação de desemprego (Coelho, 2003). A única excepção é nos dois primeiros meses após a inscrição, que segundo o autor, correspondem a um período normal de selecção e negociação.

A segunda conclusão imediata do estudo é que o tempo que uma empresa demora a preencher uma vaga (9 semanas) é significativamente diferente do tempo de espera para um trabalhador arranjar um emprego (7 meses). Naturalmente, analisados ao pormenor, estes resultados estatísticos traduzem diferentes realidades; o tempo que uma mulher, de 30 anos, com a escolaridade obrigatória, que pretenda obter um emprego não qualificado, na indústria transformadora, na região centro será em média de 7 meses, ao passo que um jovem de 20 anos, com o 12º ano, que pretenda emprego não qualificado, no sector da restauração, no Algarve, esperará, em média, um mês e meio (Coelho, 2003).

Outro fenómeno, apontado pelo autor, é o fato dos empregadores terem preferência por desempregados de curta duração, em detrimento daqueles que tem longas experiências no desemprego. A possível explicação, na opinião de Coelho (2003), é a caracterização, também designada por *ranking*, além da inevitável depreciação das capacidades individuais que decorrem de longos períodos de inactividade.

3. As trajetórias de Empobrecimento

Tal como defendido anteriormente, a propósito da identificação dos fenómenos de pobreza e exclusão, na análise das consequências pessoais do desemprego, este deve ser tido em conta, não como um estado, mas como um processo dinâmico, com efeitos produzidos ao longo do tempo (Caleiras, 2011). A trajetória deve ser entendida como um percurso pessoal, que vai assumindo diversas formas e posições ao longo de um período, susceptíveis de análise e que contam a experiência de vida do indivíduo (Demazière, 2003). Mais do que uma abordagem quantitativa, o que se pretende é uma abordagem qualitativa desse percurso, baseada na análise das discursividades dos desempregados sobre o seu próprio caminho.

Embora não seja o objectivo deste trabalho, realizar um estudo etnográfico, à Psicologia Forense e da Exclusão Social, interessam as narrativas e discursividades dos actores sociais, na primeira pessoa. É através da análise e compreensão dos seus discursos que podemos compreender as suas vivências e necessidades para intervir adequadamente no terreno, pelo que uma abordagem mais prática deverá ser tida em conta num exercício futuro sobre esta temática. Não sendo feito esse trabalho em primeira mão, confiamos na literatura selecionada para nos dar uma visão crítica da paisagem social que pretendemos descodificar.

A literatura sociológica e os métodos etnográficos, deram um contributo para o estudo das discursividades dos sujeitos nesta matéria. Numa série de entrevistas conduzidas em 2011, num estudo realizado na zona de Coimbra sobre desemprego, podemos analisar o discurso directo dos protagonistas e as ideias por eles expressadas, em relação à sua condição de desempregados de longa duração (Caleiras, 2011).

Cada um dos sujeitos entrevistados tem um *‘background’* diferente, em termos socio-culturais. A presença ou ausência de subsídio depende da carreira contributiva de cada um. E os recursos com que fazem face à situação de desemprego também variam.

As narrativas demonstram os sentimentos de *stress*, angústia e impotência dos desempregados, sendo que alguns se encontram nitidamente em ‘rota de colisão’ com a vida, não vislumbrando saída e muitos estão em espirais descendentes de exclusão social, sendo patentes problemas tipicamente relacionados, salientamos o alcoolismo e outros comportamentos aditivos (Caleiras 2011).

Já referimos que a qualificação escolar é um fator importante a considerar na apreciação da trajetória dos sujeitos. Como verificamos anteriormente, Portugal melhorou a situação nos últimos anos, no entanto, a população a que nos reportamos, tem normalmente baixa escolaridade, o que é claramente uma desvantagem no mercado de trabalho e quase garantia de baixo salário e desqualificação profissional. Desistir da escola por se ter arranjado trabalho (muitas vezes para ajudar a família) não era incomum há uns anos. Não continuando a sua formação, estes sujeitos ficaram totalmente obsoletos em relação às mudanças tecnológicas do mercado de trabalho (Caleiras, 2011).

Existe também no caso dos mais velhos uma continuidade no trajeto profissional e quando o desemprego se manifesta numa fase já tardia, sem que estes estejam preparados (casos de trabalhadores que sempre labutaram nas fábricas e estas inesperadamente encerram as portas), torna-se mais violento lidar com essa disrupção de vida. Para estes sujeitos, salienta o autor do estudo, a vida assenta numa forte ética de trabalho, ligada ao estilo de trabalho rural. É-lhes também mais difícil nesta idade lidar com esta ruptura, quer porque nunca tiveram de o fazer antes, quer porque existe a noção de que dificilmente voltarão a encontrar um emprego nos mesmos moldes do que tinham anteriormente (Caleiras, 2011).

Ao contrário dos jovens, mais permeáveis, por natureza, à mudança, à descontinuidade, à alternância entre trabalhos precários e nalguns casos com habilitações académicas que permitem, em último caso, tentar uma emigração mais bem programada e com resultados positivos no aumento dos padrões de vida, os mais velhos, especialmente aqueles com trajetórias que já demonstram fragilidades diversas, têm realmente muito poucas opções quando confrontados com a situação de desemprego.

No caso das famílias, casais com filhos a cargo ou monoparentais, existe a preocupação acrescida de assegurar o bem-estar dos descendentes. Além do custo acrescido que representam para os pais, é importante salvaguardá-los de situações de conflito familiar que surgem, como resultado do *stress* em que os progenitores se encontram (Caleiras, 2011).

Há ainda que salientar, as situações de endividamento que se agravam ou que se iniciam, como consequência da situação de desemprego, especialmente nos casos em que não há património para vender e fazer face às despesas.

O factor idade é de extrema importância ao avaliar as condições dos sujeitos em situação de desemprego. Os mais velhos são, por norma, menos qualificados e por isso mais dificilmente conseguem reintegrar-se no mercado. Por outro lado, as opções que se apresentam aos mais novos, como emigrar, investir na formação, não são apelativas quanto mais idade tem o sujeito, quando já constituiu o seu núcleo familiar e organizou a sua vida em território nacional. Para os mais novos também devemos ter em conta as rupturas de laços implicadas, no caso da emigração, e a dificuldade em financiar formação especializada quando não se tem uma fonte de rendimento (trabalho).

Há que considerar adicionalmente a questão da saúde mental e física. Nos sujeitos mais velhos, as doenças aparecem como resultado natural do processo de envelhecimento e tornam-se por vezes crónicas, aumentando a carga financeira já de si difícil e deixando-os numa posição mais fragilizada, por vezes de nem ter condições físicas para trabalhar (trabalhadores rurais ou aqueles que trabalhavam ‘nas obras’).

Qualquer uma das situações descritas é apenas ‘a ponta do iceberg’ de realidades mais complexas que se imaginam de difícil aceitação e gestão quotidiana. Os sentimentos associados ao desemprego são sem surpresa, negativos e nocivos são as suas consequências.

Além da idade, e como foi dito anteriormente, o género também é uma agravante face ao mercado de trabalho. As mulheres são quem mais sente esta dificuldade, reforçada por baixos níveis de escolaridade. Por vezes a passagem de desempregado para a condição de reformado é uma

solução estratégica, adoptada principalmente a partir dos 50 anos, como forma de contrariar as dificuldades sentidas na reintegração do mercado de trabalho (Caleiras, 2011). De salientar a reincidência do estado de desempregado, que se torna recorrente, ao longo da história de vida, também devido a factores como baixa oferta salarial e precariedade dos contratos de trabalho.

Uma vez atingido este patamar, dificilmente se consegue sair de um ciclo vicioso de desvantagem, sem a ajuda externa ou apoios especializados muito concretos.

A proliferação de desempregados é preocupante e de extrema relevância social, por ser nesse grupo que se revelam, em grande parte, os problemas e desafios que se colocam à economia e à sociedade portuguesa e, à capacidade do país para fazer face aos seus problemas financeiros no médio e longo-prazos.

O aumento do desemprego é dilacerante para o país, porque é um factor determinante no condicionamento da capacidade de geração de riqueza, porque tem implicações directas na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, bem como no aumento das despesas com a protecção social, mas sobretudo porque multiplica o risco de pobreza dos indivíduos e famílias por ele afetadas.

Este diagnóstico, que é aproximativo e não esgota o conjunto de variáveis de caracterização sociográfica passíveis de serem convocadas para este tipo de análise, permite todavia, identificar estes problemas específicos que se colocam à sociedade portuguesa.

Um último ponto a salientar, é o facto de que nem todos os desempregados sofrem o mesmo nível de exclusão social. O que os distingue está para além do desemprego, são os pontos fortes que uns têm em relação a outros, com recursos mais frágeis; a escolaridade, as redes de apoio e de contactos, o nível de integração social. Na análise das trajectórias de vida dos desempregados, a literatura evendencia este ponto de separação, que é importante para percebermos o que distingue os sujeitos na mesma situação e porque é que nem todos ficarão no mesmo nível de exclusão social (Caleiras, 2011).

Por dependerem de variáveis biográficas e de cada realidade nacional e institucional, as experiências de desemprego são tão heterogeneas como os grupos sociais onde se desenrolam; homens e mulheres, de diferentes idades, com diferentes ‘*backgrounds*’ sociais, com mais ou menos qualificações, de diversos sectores económicos, com carreiras de trabalho formais, transitórias ou informais, com ou sem ajudas do Estado. Todos unidos pelo espectro do desemprego, a perspectiva de pobreza e exclusão social. No entanto, os contextos sociais de origem, as oportunidades na educação, e as redes informais de apoio são aqui determinantes para avaliar o risco de exclusão (Caleiras, 2011).

4. O papel do Estado e a insustentabilidade

O papel do Estado, em última análise depende do sistema político, que de uma forma simplista, é um sistema que se alimenta de *inputs*, que são as necessidades e exigências de uma comunidade e que em contexto de ação governativa devolve à sociedade decisões públicas que devem corresponder às exigências que o geraram (Della Porta, 2003).

Neste sistema há dois elementos base; a sociedade ou contexto de atuação político, em suma, o ambiente, e, em segundo lugar, os fluxos de interação do modelo com o referido ambiente. Desta forma, o sistema político procura regular conflitos, através de um mecanismo interactuante com a sociedade, que transforma *inputs* em decisões governativas (Della Porta, 2003).

Importa notar que em Portugal este sistema está em desequilíbrio, atendendo à multiplicação de exigências governativas para as quais o Estado não tem resposta. Em contexto de crise, as insatisfações aumentam e é o próprio sistema de democracia social que está em causa ao não conseguir fazer corresponder as decisões políticas aos desejos dos cidadãos (Oliveira, 2013).

Neste contexto, o papel do Estado deve ser de protetor e fomentador de inclusão em áreas cruciais como a saúde, a educação, a família e o emprego. Aqui enquadram-se medidas de apoio à habitação, proteção da família e menores em risco, acesso ao crédito, assistência pública na saúde

e naturalmente medidas de proteção social no desemprego e outras de promoção de emprego (Capucha et al., 2005).

Sendo assim, as políticas sociais (onde se incluem as políticas de combate ao desemprego), devem ser entendidas como mecanismos de apoio que reforcem direitos e promovam a cidadania.

A um nível Europeu, houve uma preocupação nas últimas décadas, em produzir políticas geradoras de emprego e inclusão, desde o Tratado de Roma, assinado em 1957 (Anexo I). A maioria dos processos de inclusão social passa por ter um emprego, no entanto, nem todas as políticas de emprego conduzem à inclusão social e vice-versa (Caleiras, 2011).

A situação de insustentabilidade económica do sistema providenciador do Estado aumentou a pressão para produzir políticas mais integradoras dos desempregados no mercado de trabalho (Hespanha & Matos, 2000). O reconhecimento de um direito de inserção, conduz a uma nova abordagem das políticas sociais, no intuito de criar medidas mais personalizadas para tratar a exclusão de cada trabalhador e assim retirá-lo da crise moral e social em que se encontra (Rosanvallon, 1995). Apesar desta iniciativa política, o desemprego continua imparável.

Embora, exista em Portugal, uma tradição cultural de fortes laços familiares, e as redes informais de apoio (família e amigos), sejam utilizadas como estratégia de resistência à pobreza, o prolongamento da situação de desemprego favorece a degradação das ligações sociais, podendo no limite, conduzir ao isolamento social dos desempregados (Paugam, 2005).

Castel (1991), chamou a este movimento descendente ‘desqualificação social’, um processo em que o indivíduo é deslocado de zonas mais estáveis e sólidas de relacionamento e emprego, para zonas de grande vulnerabilidade e fragilidade profissional e social, e por último, para zonas de desafiliação (falta de emprego e isolamento social).

Perante este cenário, a atuação do Estado-Providência, tem sido pautada por prestações sociais manifestamente insuficientes e esquemas de assistência, que se pretendem articular com acompanhamento e reinserção profissional (Caleiras, 2011). Apesar do desemprego estar hoje, no centro

das políticas sociais, a garantia de direitos não é extensível a todos. Se por um lado, temos indivíduos mais velhos, pouco qualificados, em cenários de economia informal ou paralela, nos meios rurais, no meio urbano crescem especialmente núcleos de risco como as famílias monoparentais, crianças e jovens sem enquadramento familiar, famílias sobre endividadas, minorias étnicas, *etc.* É especialmente para estas franjas da sociedade que deveremos dirigir a nossa intervenção, dada essa possibilidade.

Apesar de a atuação do Estado nesta área ser fundamental, o modelo de proteção social desenvolvido tardiamente, nos países do sul da Europa, não consegue fazer face adequadamente a um desemprego que se tornou estrutural e que aumenta substancialmente a despesa com a dívida pública (Esping-Anderson, 1996). Além de apresentar a dualidade de proteger certos núcleos bem pagos de força de trabalho, e oferecer proteção insuficiente a largas camadas da população (Silva, 1982).

Ao tornar-se uma dimensão institucionalizada, a carga do Estado, o desemprego passa a ser um percurso de obrigações coercivas estabelecidas pela tutela, que os indivíduos têm que cumprir, em troca de apoios ou assistência, como verificamos em relação ao subsídio de desemprego e rendimento social de inserção. Mas perante a escalada imparável do desemprego, a atuação do Estado-Providência baseada em prestações sociais e esquemas de assistência, que se pretendem articular com acompanhamento e reinserção profissional, tem sido manifestamente insuficientes. Apesar do desemprego estar hoje, no centro das políticas sociais, como referido anteriormente, a garantia de direitos não é extensível a todos.

As dificuldades expressadas na sociedade portuguesa não são um caso isolado. Contemporaneamente, as economias nacionais dos países do sul da Europa, encontram-se em crise, devido ao declínio das suas economias. Em Portugal, o crescente aumento do desemprego, um acentuado envelhecimento da população e imigração de massa crítica jovem, fragilizam ainda mais a capacidade providenciadora do Estado (Oliveira, 2013).

A evolução da Segurança Social portuguesa tem as suas bases nas santas casas da misericórdia, como grande polo de assistência às populações, e no vigoroso associativismo dos finais do século dezanove, em que se formaram as primeiras caixas de aposentações (Segurança Social, 2012).

O direito à Segurança Social, estabelecido no art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa, é concretizado através do sistema de Segurança Social consubstanciado nas sucessivas leis de bases que o foram ajustando à evolução social e económica nacional e internacional e da estrutura orgânico-funcional responsável pela sua implementação (Segurança Social, 2012).

As sucessivas leis de bases da segurança social tem gerado uma série de apoios assistencialistas que se traduzem em pensões, subsídios, redução de taxas, como falámos anteriormente, numa ótica de colmatar a privação de recursos que atinge os mais desfavorecidos.

A prestação fundamental de apoio aos desempregados, o subsídio de desemprego foi criado nos anos oitenta, e a sua duração e montante estão diretamente ligados aos períodos de trabalho e de contribuições do trabalhador bem como com as remunerações de trabalho perdidas (Decreto-Lei n.º 20/85, de 17 de janeiro).

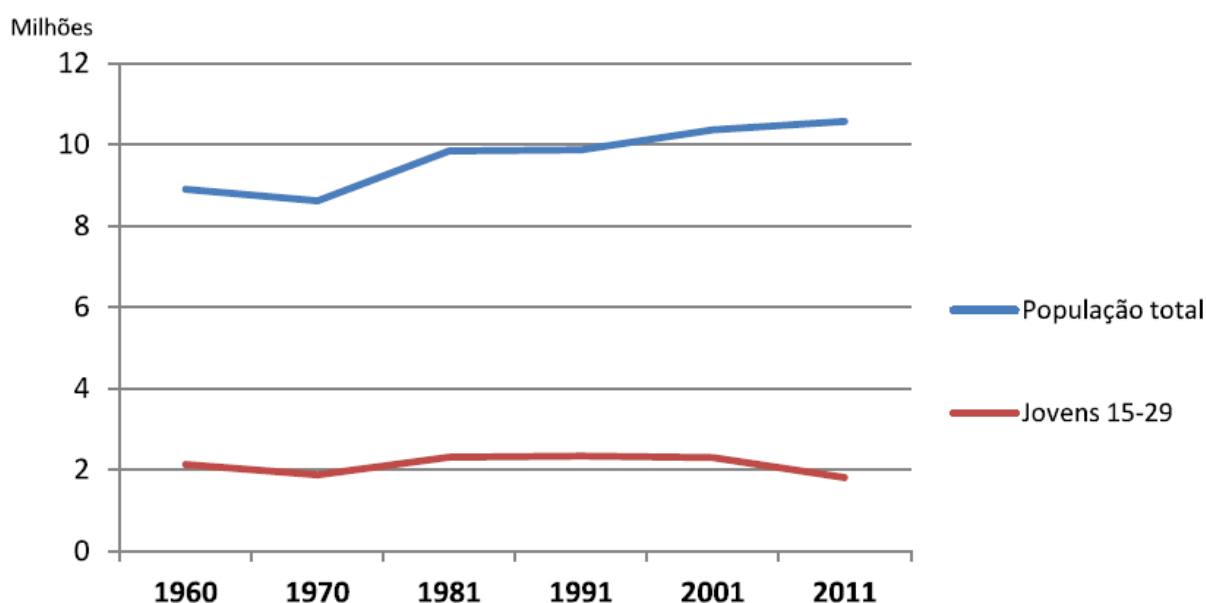
A questão da sustentabilidade da Providência é crucial. Anexo ao orçamento da Segurança Social de 2006, o relatório sobre a sua sustentabilidade, refere a urgência de preparar o sistema para o impacto dos efeitos do envelhecimento e do aumento da esperança média de vida da população, realidade que será nas próximas décadas particularmente incisiva (UGT, 2006). Ou seja, a par da insustentabilidade económica do país (alvo de resgate financeiro pelo FMI, terminado em Maio de 2014, mas continuamente ‘supervisionado’), existe ainda a insustentabilidade demográfica, de um país cada vez mais envelhecido, que perdeu nos últimos anos meio milhão de jovens para a emigração (INE, 2014) e cujas contribuições da população ativa não sustentam o número crescente de inativos beneficiários.

Os jovens entre os 15 e os 29 anos representavam em 1960, 23,9% da população residente, valor que, com algumas oscilações, se manteve relativamente estável até 2001, apesar de ser já visível uma tendência de decréscimo. No entanto, é apenas na última década que se assiste à redução acentuada da importância deste grupo populacional. Em 2011, o peso da população jovem entre os 15 e os 29 anos caiu para 17,1%, ou seja, os jovens passaram a ser menos de 1/5 da população (INE, 2014).

Se considerarmos o cenário central do último exercício de projeções de população, constata-se, neste cenário, que o número de jovens dos 15 anos aos 29 anos diminuirá até 2060, podendo atingir cerca de 1,5 milhões em 2030 e 1,2 milhões em 2060, correspondendo respetivamente a 15,0% e 13,5% do total da população (INE, 2014).

As próximas figuras demonstram a evolução da população jovem, em Portugal.

Figura 5. Evolução da população total e do número de jovens (15-29 anos), 1960 a 2011



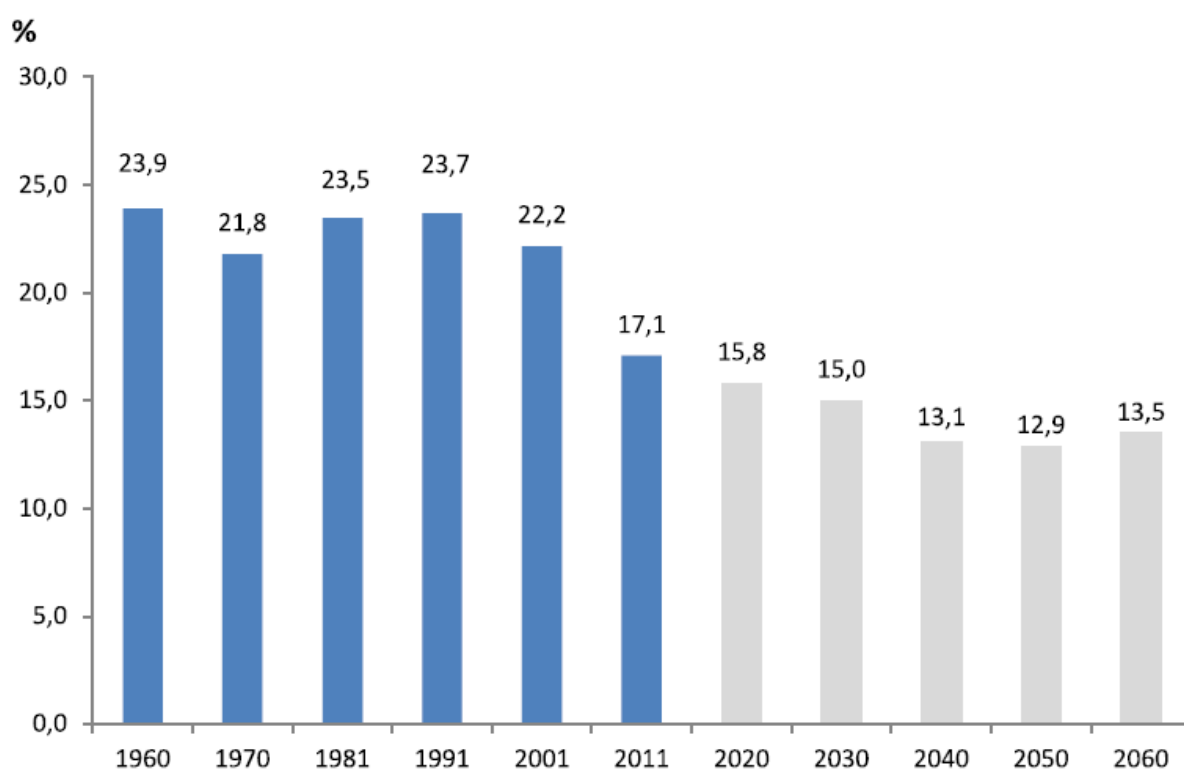
Fonte: INE, Censos 1960 a 2011

Entre 2001 e 2011, e pela primeira vez, a diminuição da população jovem incidu em todos os grupos etários. O grupo etário entre os 20 e os

24 anos foi aquele onde o decréscimo foi mais acentuado (-26,4%). Na década anterior (1991-2001) apenas o grupo dos jovens mais novos, entre os 15 e os 19 anos, tinha decrescido (INE, 2014).

Face a 1991, para além do decréscimo no número de jovens, verifica-se também que a população jovem está “envelhecida”, quer isto dizer que, existem mais jovens na faixa etária dos 25 aos 29 anos que nas restantes idades. A diminuição do número de jovens é um dos indicadores do fenómeno do envelhecimento que atinge a população portuguesa e reflete a redução continuada do número de nascimentos verificada em Portugal (INE, 2014).

Figura 6. Proporção de jovens (15 - 29 anos) na população residente, 1960 a 2060



Fonte: INE, Censos 1960 a 2011; Projeções Demográficas 2020-2060

Perante estas projeções, a sociedade deverá mobilizar os seus recursos e estratégias para enfrentar os desafios inerentes a uma população envelhecida, nomeadamente nas áreas da saúde, geriatria e em especial

incrementar os programas psicoinclusivos para a população idosa, sujeita por vezes, a situações críticas de isolamento e violência, para além das problemáticas naturalmente associadas à idade avançada como demências, doenças crónicas, incapacitantes e outras.

Num momento de fragilidade do Estado-Providência, sobrecarga dos sistemas de proteção social e fraca fusão das ideologias de cidadania social, torna-se fundamental promover a participação dos indivíduos no mercado de trabalho, garantir níveis mais elevados de empregabilidade e contrariar a dependencia das instituições públicas (Hespanha & Matos, 2000).

Garantir a empregabilidade dos trabalhadores mais velhos, requer não só uma mudança de mentalidades, mas a tomada de medidas pelos decisores políticos, a nível nacional e europeu, de modo a incrementar o combate à discriminação etária no mercado de trabalho, proporcionando condições de adaptabilidade para esta população que lhes permitam permanecer mais tempo em funções e manter a sua autonomia.

Para cumprir o objetivo de um mercado de trabalho mas inclusivo, as diretivas da Estratégia Europeia para o Emprego são fundamentais, na medida em que incentivam a alteração de paradigma, ao introduzir mecanismos de activação e promoção da coesão social (Hespanha & Matos, 2000).

A participação, ao longo de todo o ciclo de vida, nas diversas esferas da cidadania, é defendida na concepção de envelhecimento activo pela Organização Mundial de Saúde, cuja visão deste processo pressupõe a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, tendo em vista a manutenção da qualidade de vida, à medida que se envelhece e garantindo um pleno exercício da cidadania.

Capítulo III – Estratégias de Inclusão Social

1. Redes e Integração Social

Integração, inserção (ou inclusão) e assimilação, são conceitos vizinhos, através dos quais se constrói o caminho inverso ao da exclusão social.

A inserção, profissional ou social, não se dirige unicamente à população de excluídos, mas pressupõe um movimento convergente por parte dos atores que detém o domínio de inserção social e económica. A inserção é um caminho duplo; no caso profissional, o desempregado deve usar os meios ao seu dispor para arranjar novamente um lugar, enquanto a sociedade deve contribuir para que esse lugar exista, esteja disponível e aumente assim as possibilidades de acolhimento para esta população (Guyennot, 1998). Caso este movimento convergente não ocorra, o risco de exclusão, é também duplo, para o indivíduo e para a sociedade, que vê o seu tecido social dilacerado.

Xiberras (1993), faz referência à invenção do rendimento social de inserção, como um exemplo deste movimento para arranjar espaço para os excluídos, reconsiderando as trocas entre estes e a sociedade, que passa a ser um espaço de acolhimento e não de rejeição, na perspectiva do interacionismo simbólico. Para que haja inserção profissional, a sociedade económica deve preparar o terreno, mas para que haja uma inserção social, devem considerar-se outros sistemas integradores, como o político, o religioso, o familiar, o geográfico e o simbólico.

Antes ainda de inserção podemos falar do conceito vizinho de assimilação. Jacqueline Costa-Lascoux (1989), indica que na base da assimilação está a necessidade de preservar a unidade das comunidades. Já a inserção (ou inclusão), implica acolher apesar das diferenças e arranjar um espaço com direitos e oportunidades semelhantes aos dos restantes membros da sociedade, através, por exemplo dos mecanismos de solidariedade mecânica. Por último, a integração, implica participação e liberdade de escolha, num processo coerente com a visão de solidariedade orgânica, como descrita por Durkheim (1898/1977).

Em termos práticos, as estratégias de inclusão social poderão ser entendidas como práticas sociais padronizadas que surgem como resultado agregado do facto de diferentes membros de um grupo social se verem confrontados com contextos de acção semelhantes (Capucha et al., 2005).

Em termos imediatos, são diversas as estratégias que os sujeitos utilizam para lidar com situações de desemprego e passamos a elencar algumas identificadas na literatura: diversificar as fontes de rendimento, quando existem meios de produção pontual, pequena agricultura, trabalho informal. Por vezes, existe possibilidade de alienar património, ou utilizar as poupanças. Procurar a (re) qualificação profissional pode ser uma estratégia para tentar conseguir reintegrar o mercado de trabalho, embora sem garantia de sucesso, quer seja porque há uma desvantagem do sujeito, associada a uma fragilidade que vem detrás, desde cedo, na sua história de vida, quer porque o mercado não oferece empregos em número suficiente para absorver indivíduos com estas qualificações específicas (Caleiras, 2011).

Outra estratégia de inclusão pode ser a utilização da rede social do indivíduo, na qual se integra a família, por ser uma esfera de acolhimento e apoio durante este período, ou, na ausência desta, as instituições de carácter social. Além da família, a um nível microscópico, a rede social pessoal pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anónima da sociedade (Sluzki, 1998). É o tecido formado pelas relações sociais que, nas diferentes áreas da vida, e com diferentes níveis de significado, vinculam o sujeito a outros. A rede social configura-se como um processo permanente de construção, tanto individual como colectivo, com efeitos comprovados sobre a saúde e bem-estar das pessoas (Navarro, 2000).

Como afirma Sluzki, a rede social é o nicho interpessoal do indivíduo, que contribui substancialmente para o seu próprio reconhecimento como indivíduo e para a sua imagem de si. Constitui pois, uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e protagonismo ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado

com a saúde e a capacidade de adaptação a uma crise ou situação problemática (Sluzki, 1998).

As redes sociais contribuem para a ausência de isolamento e um melhor nível de integração social. São pontos de acesso para o apoio social. Mas, além das suas funções positivas e aumento de conforto para as pessoas, também podem ter aspectos negativos, como controlo, pressão, *etc.*, com consequências nefastas para os indivíduos. Estes aspectos, em ambos os sentidos, devem ser tidos em conta quando se mobiliza uma intervenção social, de modo a potenciar os aspectos positivos e neutralizar os negativos (Navarro, 2001).

Toda a estratégia operacional em torno da rede social, deve passar por uma compreensão profunda das mesmas; o que são, como são, como funcionam e evoluem a cada momento, as relações que as constituem e os seus padrões estruturais. Um estudo atento das características estruturais das redes sociais, (tamanho, densidade, dispersão geográfica), e das suas características interacionais (conteúdo, multiplicidade, reciprocidade, variáveis temporais, homogeneidade), permite ter acesso a elementos valiosos, chaves para decifrar o conteúdo subjectivo que tem as relações sociais no quotidiano (Molina, 2001).

Em suma, o conceito de rede social, incorporado na intervenção psicossocial, leva-nos a superar a visão individualista em que as relações se estabelecem somente entre indivíduos e considerar que estes fazem parte de grupos, mais ou menos organizados em determinado momento, com estratégias e objectivos comuns.

Em termos macro económicos e sociais, o Estado ao chamar a si a responsabilidade do combate ao desemprego determina, longe das realidades quotidianas, as políticas de integração social num contexto alargado de europeização.

Se entendermos o processo de integração social como algo totalmente inverso de exclusão social, por sua vez definida sumariamente como a impossibilidade de aceder a todas as esferas de cidadania, podemos considerar estratégias de inclusão nas diversas áreas (sociais, institucionais, comunitárias, sociais), ou em sectores específicos como

educação, saúde, território, justiça, que são domínios fundamentais deste fenómeno de inclusão/exclusão e podem beneficiar de uma abordagem articulada, uma vez que não é possível estabelecer entre eles uma hierarquia funcional (Capucha et al., 2005).

De acordo com o Relatório de Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social (Capucha et al., 2005), é possível estabelecer metas para a inclusão social muito concretamente, com base em indicadores estatísticos, como por exemplo: reduzir o risco de pobreza para metade dos níveis actuais, reduzir o abandono escolar numa determinada percentagem, reduzir o desemprego ou aumentar a esperança média de vida à nascença. Ou seja, estabelecer metas, com base nos indicadores sociais é o primeiro passo para definir estratégias de inclusão, em domínios fundamentais como as condições materiais de vida, do capital humano, ou da modernização do país.

Não existem receitas universais para realidades tão complexas, mas há alguns critérios que devem ser equacionados, aquando da definição de políticas socialmente integradoras, nomeadamente:

- i. A aproximação entre os sistemas públicos responsáveis pelo acesso universal aos direitos e os cidadãos.
- ii. Promoção de políticas visando o desenvolvimento da consciência de cidadania e o correspondente cumprimento de deveres (pagamento de impostos e combate à evasão fiscal).
- iii. Organização dos serviços em rede e coordenação de políticas ao nível nacional e local.
- iv. Desenvolvimento de sistemas de intervenção reparadora e integradora especializados, dirigidos a segmentos específicos da população (pessoas com deficiência, imigrantes, toxicodependentes, reclusos, menores em risco, pessoas sem abrigo).

De salientar que a persistência de quem está no terreno é talvez o melhor princípio a ter presente para quem trabalha na inclusão social considerando que problemas estruturais tão profundos, que se sedimentaram ao longo de décadas levarão com certeza o seu tempo a encontrar melhores cenários, (Capucha et al., 2005).

2. Otimismo, Bem-Estar Psicológico e Estratégias de *Coping*

Perante uma situação de desemprego, a intervenção deverá contemplar o *stress* psicológico como uma consequência imediata. O *stress* psicológico pode ser definido enquanto uma relação particular entre a pessoa e o ambiente, a qual é avaliada pelo indivíduo e considerada como algo que sobrecarrega ou excede os seus recursos e prejudica o seu bem-estar (Stroebe & Stroebe, 1995).

Uma vantagem que pretendemos destacar neste contexto é o otimismo como sendo uma característica importante da personalidade, tipicamente classificado como um traço mais ou menos estável da pessoa, que tende a prevalecer mesmo em circunstâncias desafiadoras e se manifesta num humor ou atitude positiva, associada a uma tendência que antecipa um resultado favorável (Carver & Connor-Smith, 2010).

Esta característica desempenha um papel protetor aquando do confronto com situações adversas, os indivíduos otimistas tendem a destacar os aspetos positivos e favoráveis de um acontecimento desafiador o que contribui igualmente para uma melhor capacidade de adaptação (Carver & Connor-Smith, 2010).

Os otimistas confiam que as metas desejadas são atingíveis e empenham-se com determinação e persistência para as conseguir alcançar. No polo oposto, os pessimistas tendem a manter expectativas mais negativas dos acontecimentos presentes ou futuros, perspetivam as suas metas como inatingíveis e esperam um desfecho desfavorável. Neste sentido, quando confrontados com dificuldades, tendem a reduzir os seus esforços para alcançar os objetivos desejados.

Naturalmente, nem todos os indivíduos desempregados terão esta característica de optimismo, no entanto, os autores acreditam que até os pessimistas podem aprender competências de otimismo, favorecendo o bem-estar psicológico, o que pode fazer a diferença quando se trata de lidar com o *stress* e concentrar-se em conseguir reintegrar o mercado de trabalho.

O bem-estar psicológico do indivíduo deve ser sempre considerado quando tratamos de intervenção psicológica, como tal devemos ter em conta as capacidades do indivíduo que possam ser potenciadas e contribuir mais eficazmente para enfrentar acontecimentos de vida adversos, como o desemprego.

As teorias humanistas contribuíram para a construção de uma visão otimista sobre a capacidade individual de cada ser humano enfrentar os acontecimentos adversos da vida, adquirindo maior conhecimento de si, maturidade e eficácia (Ryff, 1989). Como exemplo, a Teoria de Autodeterminação de Ryan e Deci (2001) assenta na satisfação de três necessidades psicológicas básicas: a autonomia, a competência e o relacionamento, assim como num sistema de metas congruentes. As três necessidades psicológicas coincidem com três dimensões do modelo de Ryff (1989), nomeadamente a autonomia, domínio do meio e relacionamento com os outros. Ryff (1989) tomou como referência as conceções teóricas do desenvolvimento humano ao longo da vida e, na tentativa de fazer convergir as diferentes formulações, elaborou um modelo de seis dimensões do bem-estar psicológico: auto aceitação, autonomia, relações positivas com os outros, domínio do ambiente, propósito de vida e crescimento pessoal.

Levando em consideração as necessidades psicológicas que contribuem para o bem-estar, por sua vez essencial para uma maior capacidade de enfrentar o *stress* e os acontecimentos negativos decorrentes de uma situação de desemprego, chegamos ao *coping* como mediador entre acontecimentos de vida adversos e o impacto que esses acontecimentos têm na vida dos indivíduos.

Os autores Lazarus e Folkman (1985), referem que os sujeitos não são meras vítimas de *stress*, é sim o modo como avaliam os acontecimentos

causadores de *stress*, caso os encarem como desafio ou como ameaça e ponderem os seus recursos e opções para os enfrentarem. Assim o *stress* aparece quando uma pessoa considera que as exigências do meio ambiente excedem os recursos pessoais, o que coloca em causa a sua homeostasia (Lazarus & Folkman, 1985).

Ainda no seguimento da teoria desenvolvida por Lazarus e Folkman (1985), é possível constatar que para os autores os processos de *coping* têm como foco central a relação pessoa-ambiente. Deste modo, o *coping* pode ser entendido como um processo que abrange um conjunto de esforços pessoais cognitivos e comportamentais, em re-arranjo constante, para controlar exigências específicas internas e/ou externas, que são avaliadas como ultrapassando ou excedendo os recursos da pessoa. Os autores referem que não existe bom ou mau *coping*, pese embora os esforços possam ser mais ou menos eficazes.

Coping como processo é composto por três características principais: *Primo*, observação e avaliação dos pensamentos e ações do indivíduo em oposição ao que a pessoa deveria pensar ou como deveria atuar; *Secundo*, considerar as ações e pensamentos dentro de um contexto específico, na medida em que permite avaliar qual a situação que está ser enfrentada; *Tertio*, considerar as mudanças que ocorrem quando o indivíduo enfrenta eventos causadores de *stress* (Lazarus & Folkman, 1984).

Ter uma opinião positiva acerca de si mesmo é considerado um recurso psicológico significativo para manter esforços de *coping* face a situações de *stress* (como, por exemplo, o desemprego). A resolução de problemas como estratégia de *coping* inclui a capacidade para procurar informação (por exemplo, procurar emprego), analisar as situações com o objetivo de identificar o problema (analisar o mercado de trabalho, perceber como pode aumentar as hipóteses de conseguir um emprego) e gerar cursos de ação alternativas (procurar requalificação profissional, mudar de ramo, criar novas redes de contacto), antecipar resultados (gerir expectativas), selecionar e implementar um plano de ação adequado (aumentar o número de currículos enviados, preparar-se adequadamente para entrevistas).

Nesse sentido, como culminar desta investigação, elaboramos uma proposta de intervenção, no terreno, com o objectivo de contribuir para a criação de serviços adequados a populações com défices sociais decorrentes do desemprego e para o desenvolvimento de técnicas e estratégias, nomeadamente o *empowerment*, no sentido de facilitar a participação destes mesmos grupos (Ornelas, 1997). Desta forma podemos depreender que a intervenção comunitária dá ênfase à característica ecológica, ou seja, ao ajustamento do indivíduo e ambiente, centralizando a relação entre os diversos indivíduos, que funcionam enquanto comunidade ou grupo específico que possui um sistema íntimo e elaborado de relações formais e informais (Ornelas, 1997).

Na mesma óptica, Rappaport (1977), também salienta a importância de uma intervenção comunitária, baseada no princípio de ajustamento do indivíduo ao seu meio, que transforma o objetivo da intervenção social no fornecimento de recursos materiais, educacionais e de suporte psicológico, às comunidades, para benefício do seu bem-estar mental.

Estudos revelam que intervenções que têm por bases as interações entre pares estão associadas a resultados pró-sociais como por exemplo o aumento do bem-estar social, o aumento da motivação, aumento da aprendizagem, o alargamento do desenvolvimento individual e comunitário bem como a redução da agressão, violência e mesmo crime (MacArthur & Law, 1996, cit. Kisiel et al., 2006).

Capítulo IV - “Eureka”- Programa Psicoinclusivo de Apoio ao Cidadão Desempregado

1. Desenvolvimento do Programa de Intervenção “Eureka”

A Psicologia Forense e da Exclusão Social é uma área de especialização do saber psicológico que forma técnicos apetrechados para a abordagem e descodificação dos fenómenos transgressivos e de exclusão social, promovendo a habilitação de programas de intervenção comunitária e juspsicológica, de forma a promover condições idóneas à elevação da qualidade de vida das populações (Poiares, 2004).

É seu objeto principal, o trabalho junto dos actores sociais que circulam em contextos de desviância e exclusão social, encontrando-se especialmente vocacionados para intervir junto de grupos que vivem em situações de risco, individual ou social (Poiares, 2004).

Devemos compreender que não é apenas a situação de desemprego *per si*, que conduz à exclusão social. Mas por tudo aquilo que já foi elencado, é correcto dizer-se que os indivíduos nesta situação estão em maior risco de exclusão, quer seja por se encontrarem em terreno pantanoso relativamente às condições consideradas necessárias para manter um nível de vida acima do limiar de pobreza, quer porque se encontram excluídos das diversas esferas que compõe o palco da plena cidadania.

Poiares (2004), distingue outros problemas que são caracteristicamente ligados à exclusão social e que podem ampliar as dificuldades sentidas por estas franjas da população no quotidiano e mesmo impedir a reintegração dos indivíduos na esfera social do emprego; a toxicodependência e os comportamentos aditivos, com destaque para o alcoolismo; a violência, nas suas múltiplas formas, designadamente sobre mulheres, idosos e crianças; a delinquência juvenil e as situações de abandono e o insucesso escolar, os maus tratos ou as atitudes parentais abandonicas, e o estilo de vida nas ruas, onde se encontram cada vez mais indivíduos devido à perda de emprego, as já mencionadas situações de conflitualidade, especialmente a familiar, que se agravam devido ao *stress* causado pelo desemprego, os doentes crónicos, em suma, a exclusão social, na sua totalidade, que atinge um número cada vez maior de cidadãos,

nacionais ou imigrantes, que dispõem de menos capacidade reivindicativa, condenando-os ao ostracismo e aos isolamentos forçados, numa espiral de vulnerabilidade e que constituem um verdadeiro exército de reserva económico e social, muitas vezes ausente das estatísticas.

Para cada um destes entraves à inclusão é preciso encontrar soluções de proximidade, de carácter multidisciplinar, que funcionem nos terrenos onde se movem, longe dos gabinetes onde são tomadas as decisões macroeconómicas que lhes ditam a vida, onde estão mais à vontade para interagir com os técnicos, por se encontrarem em territórios que conhecem, identificam e com os quais se relacionam com acentuado sentido de posse, um grande apego e uma ideia de pertença (Poiares, 2004).

Traçamos assim a arquitetura de intervenção “todo o terreno”, propondo o “Eureka” - Programa de Apoio Psicoinclusivo ao Cidadão Desempregado, tendo por base dois vectores de orientação essenciais: conhecer as necessidades sociais e identificar as potencialidades interventivas.

No âmbito deste programa, pretende-se implementar unidades de intervenção pró-inclusivas, em espaços de proximidade com a população, por exemplo espaços de serviço público (Juntas de Freguesia, Associações, Casas do Povo), dotadas de equipas multidisciplinares para apoiar os desempregados nas suas questões (sociais, juspsicológicas, logisticas e outras), e ajudá-los a encontrar soluções de reintegração no mercado de trabalho ou (re) qualificação profissional, enquanto estabelecem novas redes de contacto potenciadoras de inclusão social, colmatando assim, de certa forma, a falta de acompanhamento do Estado, nomeadamente dos Centros de Emprego, atolados de ‘clientes’ e com meios reduzidos para fazer face à enchente que os inundou nos últimos anos.

2. Cartografia do Programa

2.1. Objetivos do Programa

a) Objetivos gerais:

É objetivo principal do programa dotar os desempregados de competências socio-pessoais com vista à reintegração no mercado de trabalho e consequente inclusão social.

b) Objetivos Específicos:

- i. Reforço de competências pessoais e sociais, como forma de diluição dos factores de risco e preservação dos factores protectores.
- ii. Criação de programas de formação na área da procura de emprego, e competências relacionadas com o mercado de trabalho (elaboração de cv's, preparação para entrevistas, utilização das ferramentas informáticas, criação ou reforço das redes de contacto).
- iii. Utilização do núcleo de intervenção como plataforma para aceder a outras instituições, de maneira a que possam dar resposta às solicitações.

2.2. População Alvo

Escolher a população alvo para integrar este programa, exigiu especial atenção. Por um lado, e porque se trata de inclusão, não se pretende deixar ninguém de fora, por outro corre-se o risco de à semelhança dos Centros de Emprego, não conseguir dar resposta a um grande número de situações. Também seria mais fácil e por isso tentador, optar por um grupo de características empregatícias mais favoráveis e

garantir assim um maior sucesso para o nosso programa de intervenção. A solução passará por adequar os recursos às necessidades e sendo assim, consideraremos a população alvo como sendo população desempregada, que já tenha tido um emprego e procura reintegrar o mercado de trabalho.

2.3. Metodologia

A Psicologia Forense e da Exclusão Social dispõe de metodologias cientificamente validadas para a aplicação específica de programas de intervenção. Desde os métodos de terreno, como a observação e as etnometodologias, à análise dos discursos falados, encontra-se um vasto elenco de métodos e técnicas aptas à intervenção (Poiares, 2004).

Face a cada situação, os técnicos deverão estabelecer as linhas de acção adequadas e em conformidade com os objetivos definidos. A intervenção compreende não só estabelecer a relação entre os técnicos e os indivíduos desempregados, mas estabelecer relações no seio do grupo de desempregados, de molde a promover rede de contactos profissional, interacção entre profissionais de diferentes áreas, troca de informação e novas competências, visões e ideias, que enriqueçam o grupo e criem sinergias para alcançar os resultados desejados.

2.4. Equipa

A equipa, de carácter multidisciplinar, será preferencialmente composta por um psicólogo forense e da exclusão social, outros técnicos de áreas ligadas às ciências humanas e sociais e poderá eventualmente contar com a colaboração de membros da população local, que façam ou não, parte do grupo alvo e cujas competências possam ser utilizadas nos objectivos do programa.

2.5. Instituições e Parcerias

O papel das Instituições e parcerias é fundamental para o bom desenvolvimento do programa de intervenção. Sem nomear especificamente, as entidades envolvidas serão da área do emprego e social.

- i. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.
- ii. Organismos do Estado ligados à área do Emprego e Social.
- iii. Instituições Particulares de Solidariedade Social
- iv. Empresas que façam parte do tecido empresarial local da população-alvo.
- v. Empresas de Formação na área dos Recursos Humanos, Informática, Coaching, etc.
- vi. Outras entidades que, pela sua esfera de acção possam contribuir para o programa proposto.

2.6. Duração e Calendarização

O programa terá a duração de 6 meses (renovável) com 2 sessões semanais, com uma hora de duração cada.

2.7. Ações a Desenvolver

Atendendo aos objetivos propostos, este programa realizará 40 sessões, organizadas da seguinte forma:

Sessões 1 a 3: autoapresentação, estabelecimento de regras e conhecimento recíproco.

Sessões 4 a 6: avaliação da situação pessoal/profissional, levantamento de necessidades e potencialidades.

Sessões 7 a 10: formalização de objetivos, estabelecimento de metas, rede de contactos.

Restantes sessões: regulação emocional, motivação, gestão de *stress*, treino de competências, estimulação cognitiva, preparação para entrevistas, *curriculum vitae*, e abordagem ao mercado de trabalho/ procura de emprego.

2.8. Supervisão

A supervisão do projeto ficará a cargo dos pares.

2.9. Avaliação interna e externa

A avaliação interna deverá ser realizada com técnicos habilitados à sua prestação. Quanto à avaliação externa poderá instituir-se um conselho de avaliação, composto por psicólogos e técnicos idóneos, incluindo docentes ou investigadores universitários.

A avaliação deverá ser efectivada semestralmente, existindo um relatório final que deverá ser objeto de divulgação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOTAS DE CONTINUIDADE

A escolha deste tema foi ambiciosa para uma tese de mestrado, que se pretende que seja sempre o projeto de algo que possa vir a ser mais aprofundado não só a nível teórico, mas essencialmente prático.

Da análise desta complexa temática, emergem alguns pensamentos, que devem agora ser partilhados, sem pretensões dogmáticas, mas com genuína contemplação.

O aumento crítico do desemprego é causa de alguns dos principais problemas que se colocam à economia portuguesa e a fragilidade em termos educacionais/formativos do tecido ativo nacional é visível nesta análise.

De facto, um país que não quer assentar as vantagens comparativas da sua economia nos baixos custos da mão-de-obra disponível necessita de elevar de forma muito decisiva o perfil escolar da população activa.

Sem o aumento das habilitações formais e das competências da população empregada actualmente e da que integrará no futuro o mercado de trabalho qualquer estratégia política nessa área será insustentável.

Desta sucinta viagem por uma questão fundamental, que aflige e afeta a nossa sociedade, entende-se que o desemprego é uma questão estrutural sem solução à vista, a não ser que haja uma alteração radical de paradigma na forma de viver das sociedades ao nível mundial.

Prevalecem, apesar disso, valores centrais que ajudam a compreender a importância da nossa intervenção no combate à exclusão social. Valores de ordem moral, como solidariedade e justiça social, fundamentais para o equilíbrio da vida colectiva.

A exclusão social é uma questão igualmente complexa, que atravessa meras noções de pobreza ou desemprego e parece erigir-se em ciclos viciosos de desvantagens e fragilidades “herdadas” ou muito cedo vincadas na vida dos indivíduos.

A pobreza tem uma forte ligação à exclusão e ao desemprego na medida em que a escassez de recursos financeiros se traduzirá sempre em dificuldades no exercício da plena cidadania.

Existem fatores de proteção, como as redes, ou, como diria Xiberras, os laços, que devemos trabalhar em conjunto para preservar, reconstruir, fortalecer, expandir, porque são decisivos para garantir que perante uma situação de desemprego o risco de exclusão seja apenas suave e não profundo.

Apesar dos rombos e múltiplas rupturas, que diariamente aumentam o déficit de coesão social, as formas de agregação humana: comunidade, sociedade, humanidade, continuam a ser um referencial para as gerações futuras e para o nosso modo de vida. Martine Xabregas invoca um pensamento de unidade em detrimento da unicidade, se os sistemas de representações coletivas forem concebidos com base na coerência, em vez da diferença.

O desafio para os diversos governos mundiais é gerar decisões (outputs) que espelhem representações coletivas policulturais (inputs), assentes num ordenamento solidário orgânico e refletir sobre o seu papel face às solidariedades, o que se adivinha ser um árduo debate político na era digital.

O desafio para cada um de nós, é mudar a lente criada pela cultura ocidental, fundada no paradigma individualista que exclui para fora dos nossos espaços, mercados materiais ou simbólicos, para fora dos nossos valores, determinadas franjas da população e encarar com um novo olhar toda a relação com o outro.

À medida que envelhecemos, a tolerância deve estar presente na construção de uma sociedade mais inclusiva para todos, sendo que a visão do todo social é o primeiro passo para a integração, na complexa interação entre os vários níveis de inclusão dos indivíduos e dos subsistemas sociais.

Para concluir este caminho pelos labirintos do desemprego e da exclusão, mencionar apenas que os comportamentos desviantes, muitas vezes associados aos cenários de exclusão mais profunda, configuram também objeto de estudo da Psicologia Forense e da Exclusão Social, uma vertente que será interessante poder desenvolver em exercícios futuros.

Uma das áreas onde considero que seja mais benéfica a intervenção é junto das crianças de famílias em risco, com o objetivo de trabalhar a

aquisição de competências que lhes permitam quebrar o ciclo transgeracional da exclusão.

Por último, como psicóloga considero importante continuar a trabalhar para a integração social, futuramente, noutros contextos, porventura mais sociológicos, que possam beneficiar de uma lente treinada na perspectiva da Psicologia Forense e da Exclusão Social, e que abordem as questões de género, pois se a exclusão existe para todos, ela é nitidamente mais vincada e pesada no universo feminino.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. (1992). *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Atkinson, J. (1987). La flexibilité de l'emplois sur le marché internes et extrenes de travail. In: DAHRENDORF, R.; KOHLER, E.; PIOTET, F. *Nouvelles formes de travail et activité*. Dublin, Fondation Européenne pour l'Amélioration des Conditions de Vie et de Travail.

Barry, B. (1998). Social Exclusion, social isolation and the distribution of income. London: *Centre for analysis of Social Exclusion*, London School of Economics.

Beck, U. (2000). *The Brave New World of Work*. Cambridge: Polity Press.

Brewster, C., Mayne, L. & Tregaskis O. (1997). Flexible working in Europe, in *Journal of World Business*, Summer, Vol. 32.

Bridges, W. (1994). *Jobshift- How to Prosper in a Workplace without Jobs*. Massachusetts: Addison Wesley Publication.

Brilman, J. (1995). *L'entreprise réinventée*. Paris: Les Éditions Organisation.

Cabral, J. (2000). A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições, *Análise Social*, vol. XXXIV.

Caleiras, J. (2011). *Para Além dos Números. As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Empobrecimento, Experiências e Políticas*. Tese apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor, orientada por Pedro Hespanha, Coimbra.

Capucha, L. (1998). *Relatório de Avaliação da Fase Experimental do Rendimento Mínimo Garantido*. Lisboa, CIES/Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.

Capucha, L. (Coord.), Guerreiro, M., Bernardo, J., Madelino, F., Calado, A., Correia, S., Silva, A. (2005). *Formulação de Propostas de*

Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social. Lisboa: ISCTE.

Carver, C.S. & Connor-Smith, J. (2010). *Personality and Coping*. *Annual Review Psychol*, 61.

Castel, R. (1991) – De l’indigence à l’exclusion, la desaffiliation. In *Donzelot, Jacques, org. Face à l’exclusion*. Paris: Esprit.

Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.

Coelho, J. (2003). Duração do desemprego e das vagas de emprego no mercado de trabalho português In *Boletim Económico Banco de Portugal*. Acedido a 14 de janeiro, 2015 em www.bportugal.pt

Comissão das Comunidades Europeias (2003). *As Políticas Sociais e de Emprego na União Europeia: 1999-2001. Trabalho, Coesão, Produtividade*. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais da UE.

Constituição da República Portuguesa. Artigo 63º Segurança Social e Solidariedade. Acedido a 14 de janeiro, 2015 em www.parlamento.pt

Costa, A. (2001). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Costa, A. (Coord.), Batista, I., Perista, P., Carrilho, P. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Costa-Lascoux, J. (1989). *De l’immigré au citoyen*. Paris: Documentation Française.

Coutinho, M. & Diogo, M., (2006). A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. *Interações*, 11(21), 121-142.

Decreto-Lei n.º 20/85, de 17 de janeiro. Regime da Segurança Social (MTSS).

Déjours, C. (1998), *Souffrance en France – La Banalisation de L’Injustice Sociale*. Paris: Seuil.

Della Porta, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa.

Demazière, D. (2003). *Le chômage. Comment Peut-on Être Chômeur?* Paris: Belin.

Dukatte, J. (1995). *Après la crise L'entreprise post-taylorienne*. Paris: Les Éditions d'Organization.

Durkheim, Émile, (1977). *A divisão do trabalho Social*. Lisboa: Editorial Presença. (Original publicado em 1898).

Esping-Andersen, G. (1996). *Welfare States in Transition: National Adaptations in Global Economies*. London: Sage.

Fernandes, A. (1995). *Etnicização e racização no processo de exclusão social, O estado democratico e a cidadania*. Porto: Afrontamento

Ferreira, A. (2001). Para uma Concepção Decente e Democrática do Trabalho e dos Seus Direitos. In Boaventura Sousa Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.

Fitch Agência de Rating. Acedido a 23 de novembro, 2014 em www.fitchratings.com

Freyssinet, J. (1984). *Le Chômage*. Paris: La Découverte.

Gallie, D. (2000). *Unemployment, Work and Welfare*. Comunicação apresentada no Seminário Towards a Learning Society Innovation and Competence Building with Social Cohesion for Europe. Guincho, Quinta da Marinha, 28-30 de Maio.

Gallie, D. & Alm, S. (2000). Unemployment, Gender and Attitudes to Work. In Gallie, D. Paugman, S. (Ed.), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*, Oxford: Oxford University Press.

Garcia, J.L. (2007). Sobre as origens da crítica da tecnologia na teoria social: Georg Simmel e a autonomia da tecnologia. *Scientiae Studia*, São Paulo, V.5, n.3, 287-336. Retirado: janeiro, 14, 2015 de <http://www.scielo.br/pdf/ss/v5n3/a02v5n3.pdf>

Garcia, J. L., jerónimo, H., Norberto, R. & Amaro, M. (2000). *Estranhos – Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

Gautié, J. (1998). *Coût du Travail et Emploi*. Paris: La Découverte.

Guyennot C. (1998). *L'insertion; Discours, politique et pratiques*. Paris: L'Harmattan.

Hespanha, P. & Matos, A. Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego.

Sociologias, n. 4. Retirado: janeiro, 15, 2015 de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a05.pdf>

Hunter, B.H., (2000). *Social Exclusion, Social Capital and indiginous Australians: measuring the social costs of unemployment*. Centre for Aboriginal Economical Research. Retirado: janeiro, 3, 2015, de https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/41388/2/2000_DP204.pdf

IEFP (2015). Portal do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Acedido em 13 de janeiro, 2015 em <https://www.iefp.pt/>

INE (2014). *Dia Internacional da Juventude*. Acedido a 13 de janeiro, 2015 em www.ine.pt

Jahoda, M. (1982). *Employment and Unemployment: A Social-Psychological Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jahoda, M.; Lazarsfeld, P. & Zeisel, H. (1971), *Marienthal: The Sociography of an Unemployed Community*. Chicago: Aldine-Atherton.

Kisiel, C., Blaustein, M., Spinazzola, J., Schmidt, C., Zucker, M., & Van der Kolt, B. (2006). Evaluation of a theater-based youth violence prevention program for elementary school children, *Journal of School Violence*, vol. 5 (2).

Kovacs, I. (2003). Perspectivas Sobre as Mudanças no Emprego. In *Perspectiva*, V. 21, nº 2, pp. 467-494. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Kowaric, L. (2003). Sobre a vulnerabilidade socioeconómica e civil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 18, n 51. S. Paulo.

Lamarque, G. (1995). *Uexclusion, Que saisje?* Paris: Madison, University of Wisconsin Press.

Lazarus, R., DeLongis, A. Folkman, S. & Gruen, R. (1985). Stress and adaptational outcomes. The problem of confounded measures. *American Psychologist*, 40 (7) 770-779.

Lazarus, R. & Folkman, S. (1984). *Stress, Appraisal and Coping*. Nova York: Springer Publishing Company.

Lind, J. & Moller, I. (1999). *Inclusion and Exclusion: Unemployment and Non-standard Employment In Europe*. Aldershot:

Ashgate.

Lopes, J. (2006). Exclusão Social e Controlo Social, in *Psicologia e Sociedade*, Vol. 18, n.2, 13-24. Minas gerais: ABRAPSO.

Meda, D. (1999). *O Trabalho - Um Valor Em Vias de Extinção*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Mingione, E. (1998). Fragmentação e Exclusão: A Questão Social na fase Atual das Cidades nas Sociedades Industriais Avançadas. *Revista de Ciências Sociais*, 41(4).

Molina, J. (2001). *El análisis de redes sociales. Una Introducción*, Barcelona: Ediciones Bellaterra

Moller, I. & Hespanha, P. (2002). *Padrões de Exclusão e Estratégias Pessoais*. Coimbra: Oficina do CES, nº 177.

Navarro, S. (2004). *Redes Sociales y Construcción Comunitaria*, Madrid: Editorial CCS.

Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária – origens, fundamentos e áreas de intervenção, *Análise Psicológica*, 1 (XXV): 153-158.

Observatório das Desigualdades (2010). *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Acedido a 23 de novembro, 2014 em <http://observatorio-das-desigualdades.com/>

Organização Internacional do Trabalho (2004). *Por uma Globalização Justa: Criar Oportunidade para Todos. Relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização*. Genebra: BIT.

Oliveira, F. (2013). *Solidariedade, dívida e mercados privados numa Comunidade Eborense: Sustentabilidade e processos constitutivos dos Agentes de Cuidado*. Tese apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para obtenção do grau de mestre, orientada por Antónia Pedroso de Lima, Lisboa.

Paugam, S. (2005), *Les Formes Élémentaires de la Pauvreté*. Paris: PUF.

Paugam, S.; Zoyem J.; Charbonnel, J. (1993). Précarité et Risque d'Exclusion en France. In *Documents du CERC*, Paris: La Documentation

Française, nº109.

Paugam, S., Russel, H. (2000). *“The Effects of Employment Precarity and Unemployment on Social”*. In GALLIE, D. e PAUGAM, S. (Ed.), *Isolation Welfare Regime and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford, Oxford University Press, pp. 243-264.

Pereira, M. (1999). *As origens do Estado Providencia em Portugal. As novas fronteiras entre o público e o privado*. Retirado, novembro, 23, 2014 de http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/RBR_MA_14214.PDF

Pires, R. (1999). *Uma Teoria dos Processos de Integração*. ISCTE, Lisboa. Retirado: janeiro, 3, 2015 de <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/10/112.pdf>

Poiares, C. (2008). Justiça, exclusão social e psicologia ou estranhas formas de vida. In *ARS IVDINCANDI, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, volume 1, do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Poiares, C. (2004). *Programa de Intervenção Comunitária e Juspsicológica na zona de Lisboa*.

PORDATA, (2015). Emprego e mercado de trabalho – População desempregada. Acedido a 14 de janeiro, 2015 em www.pordata.pt

Provedor de Justiça (2011). *Relatório da inspecção aos Centros de Emprego*. Lisboa. Acedido a 14 de janeiro, 2015 em www.provedor-jus.pt

Rappaport, J. (1977). *Community psychology: values, research and action*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

Reich, R. (1993). *O trabalho das Nações*. Lisboa, Quetzal.

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S., (1999). A Pobreza e a Exclusão Social, Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal in *Sociologia*, 9, Porto: FLUP.

Rodrigues, E. (2012). *Dimensões psicológicas do Desemprego: relações entre Adaptabilidade, Esperança, Bem-Estar e Saúde Mental*. Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação para obtenção do grau de mestre, orientada por José Tomás da Silva. Coimbra.

Rodrigues, M. (1998). *Competitividade e Recursos Humanos – dilemas de Portugal na construção europeia* (3ª ed.), Lisboa: Publicações

Dom Quixote.

Rodrigues, M. (1996). *O Sistema de Emprego em Portugal – crises e mutações* (3ª ed.), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Rosanvallon, P. (1995). *La Nouvelle Question Sociale. Repenser l'Etat-Providence*. Paris: Seuil.

Ryan, R.& Deci, E. (2001). On Happiness and human potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. *Annu. Rev. Psychology* 52, pp 141-166.

Ryff, C. (1989). Happiness Is Everything, or Is It? Explorations on the Meaning of Psychological Well-Being. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 57, nº 6, pp 1069-1081.

Segurança Social. (2012). *Evolução do sistema de Segurança Social*. Retirado: janeiro, 12, 2015 de <http://www4.seg-social.pt/historia>

Sennett, R. (2001). *A Corrosão do Carácter. As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Silva, M. (1982). Crescimento Económico e Pobreza em Portugal (1950-74), *Análise Social*, Vol. XVIII, n.º 3/4/5.

Sluzki, C.. (1998), *La Red Social: Frontera De La Pratica Sistematica*, Barcelona: Gedisa Editorial.

Stanford Encyclopedia of Philosophy (2011). *The Capability Approach*. Retirado: Janeiro, 13, 2015, de <http://plato.stanford.edu/entries/capability-approach/>

Stroebe, W. & Stroebe M. (1995). *Social Psychology and Health*. Buckingham: Open University Press.

Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom*. London: Heineman.

Turner, V. (1967). Betwixt and between: the liminal period in Rites of Passage, in Victor Turner, *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca: Cornell University Press.

União Geral de Trabalhadores (2006). *Relatório Anexo ao Orçamento sobre a Sustentabilidade da Segurança Social*. Retirado: janeiro, 4, 2015, de <http://www.ugt.pt/segurancasocial.pdf>

World Health Organization (2015). *What is active ageing?* Acedido

a 15 de Janeiro, 2015 em www.who.int

Xiberras, Martine (1993). *As Teorias da Exclusão. Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*, Instituto Piaget.

Young, J. (1999). *The Exclusive Society*. London: Sage

ANEXOS

Anexo I – Síntese Cronológica entre políticas de emprego e de inclusão

Período	Contexto	Políticas/programas europeus		Resultados e “pontes” (encontro / desencontro)
		Emprego	Inclusão	
1958-1974	Pleno Emprego Pobreza marginal Crescimento Económico	Fundo Social Europeu (F.S.E.)	Ausência deste parceiro	Nenhuma “ponte” ou resultado relevante
1975-1989	Consequências do Choque Petrolífero; Desemprego e pobreza estruturais	F.S.E.	Primeiro Programa Europeu de combate à Pobreza (1975-1979); Segundo Programa Europeu	Definições de Pobreza. Ligação (ao nível teórico) do crescimento da pobreza com a degradação do mercado de trabalho. Desemprego de longa duração. Identificação e acção sobre grupos-alvo específicos. Reconhecimento da multidimensionalidade da pobreza. Necessidade de coordenação das políticas sectoriais
1989-1994	Acto Único Novos impulsos europeístas Melhorias económicas Orientações políticas favoráveis	F.S.E. (Reforma) Programas <i>Horizon</i> , <i>Adapt, Now, Integra</i> Carta Comunitária sobre os Direitos Sociais	Terceiro Programa Europeu e combate à pobreza (1989-1994); Recomendação da Comissão sobre os esquemas de Rendimento Mínimo (1989-1992)	Conceitos de Exclusão Social e Pobreza Estrutural. Introdução dos conceitos de “integralidade”, “território”, “parceria”, “inserção sócio-laboral”, “desenvolvimento local” e “empresas sociais”. Aumento dos direitos dos trabalhadores e das diferenças entre estes e os que não têm trabalho. “Ponte” entre a falta de recursos, o acesso ao mercado de trabalho e a protecção social. Prestações passivas e medidas activas. Direitos Sociais
1994-1997	“Ofensiva” contra a Comissão Europeia	Resolução sobre a convergência da Protecção Social Livro Branco Delors e Conselho Europeu de Essen (1994)	“Travessia do deserto”	Relação entre Crescimento e Emprego.
		Novas “Jazidas de Emprego” art.º 10.º FEDER, Art 6.º FSE		Necessidades emergentes, “nichos” de emprego, desenvolvimento sócio-económico local, capital social
1997-2000	“Ascensão” do Terceiro Sector e da Economia Social	Tratado de Amsterdão Emprego, agenda comum Medidas de estímulo, promoção e intercâmbios sobre inclusão social Conselho Europeu do Luxemburgo Estratégia Europeia de Emprego Programa Terceiro Sector e Emprego		Possibilidade legal de formulação de Estratégias Europeias de Emprego e de Inclusão. 4 pilares, Método aberto de Coordenação, Planos Nacionais de Emprego. “Peer reviews” (Revisão de pares). Reconhecimento dubio. Algum Diálogo Civil. Empresas sociais aparecem como instrumentos geradores de Emprego, de luta contra a pobreza, de “poupança” em termos de protecção social e de contribuição para o desenvolvimento territorial (sobretudo ao nível local)
2000-2003	Começa a terminar o ciclo económico favorável	Cimeiras de Lisboa e Nice Estratégia Europeia de Emprego Estratégia Europeia de Inclusão Nova Ronda do FSE (2000-2007) Programa <i>Equal</i>		Triângulo crescimento, emprego, inclusão Duas Estratégias paralelas com o mesmo método? Planos nacionais de Acção para a Inclusão (4 Objectivos comuns), Programa Comunitário 2000-2007 e Relatórios conjuntos. Trabalhadores pobres, trabalho informal, inserção sócio-profissional de imigrantes e outros grupos. Boa Governação, Coesão Social
2003-2007	Alargamento da UE a 10 novos países (aumento da competitividade). A EU “descobre” um novo problema: o impacto do envelhecimento e a consequente crise dos modelos de bem-estar	Revisão da Estratégia de Lisboa Estratégia de Crescimento e Emprego Invisibilidade crescente da “Inclusão” Planos Nacionais de Reforma		Estratégias “Make work pay”, Flexisegurança, aumento da idade de reforma. Estratégia “Streamlining”: Planos Nacionais de Protecção Social e Inclusão Social. Inclusão Activa
Para o futuro	Ciclo económico de grande instabilidade e ameaças de uma crise financeira internacional. Novo Tratado Constitucional	Nova regulamentação do FSE	Programa PROGRESS	Desenvolvimento local. Inclusão Activa (Rendimentos Mínimos, inserção sócio-laboral). Empresas Sociais. Coordenação horizontal e vertical

Fonte: Estivil e Caleiras (2008)

Anexo II

Programas de Incentivo ao Emprego e à Contratação

<https://www.iefp.pt/apoios>

<http://www.impulsojovemportugal.pt/>

<https://www.redeinspira.com/index.php?lang=pt>

Guia Prático do Subsídio de Desemprego

http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15007/subsidio_desemprego

Guia Prático do Rendimento Social de Inserção

http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao

Informação à Comunicação Social – INE 2014 – Dia Internacional de Erradicação da Pobreza

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=221815773&att_display=n&att_download=y